



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Município: NOVA LIMA/MG



Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	3
IV - METODOLOGIA	4
V - CONSTATAÇÕES	6
VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	35
VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	35
VIII - CONCLUSÃO	36
IX - FOLHA DE ASSINATURA	37





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Programada

Entidade Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

CPF/CNPJ: 22.934.889/0001-17

Município/UF: NOVA LIMA-MG

Unidade Visitada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

CPF/CNPJ: 22.934.889/0001-17

Município/UF: NOVA LIMA/MG

Demandante: Componente Estadual do SNA

Forma: Direta

Objeto: Controle, Avaliação e Auditoria

Abrangência: Janeiro/2022 a setembro/2023

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	14/08/2023	15/09/2023
Execução - In loco	19/09/2023	21/09/2023
Relatório	25/09/2023	16/10/2023

Tarefa Nº: 148141

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

III - INTRODUÇÃO

FATOR DESENCADEANTE

Trata-se de ação de Auditoria Programada em atendimento ao Plano Anual de Auditoria de 2023, que propõe a realização de auditoria nos municípios que assumiram a gestão de seus prestadores de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS), verificando o atendimento aos critérios estabelecidos no Anexo I da Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.349, de 17 de março de 2021.

OBJETIVO E ESCOPO



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Avaliar se o Componente Municipal de Auditoria (CMA), o Serviço Municipal de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA) e o Fundo Municipal de Saúde (FMS) da SMS de Nova Lima estão adequadamente organizados para atender às atribuições relativas à seleção, cadastramento, contratação, regulação, controle, avaliação, auditoria e pagamento dos prestadores, tendo em vista a publicação da Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.349, de 17 de março de 2021.

O período de abrangência desta auditoria é referente a janeiro/2022 a setembro/2023.

CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DA AUDITORIA

O Município de Nova Lima situa-se na região central do Estado de Minas Gerais, a 22,9 km de distância da capital Belo Horizonte. Localiza-se na Macrorregião de Saúde Centro e na Microrregião Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté (PDR-SUS/MG 2019). Segundo dados do Censo de 2022, sua população é de 111.697 habitantes, sendo essa população distribuída por uma área de 429,313 km² (IBGE/2022). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Nova Lima é de 0,813, o que situa esse Município na faixa de desenvolvimento humano alto (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/2013).

Nova Lima assumiu a gestão dos seus prestadores, por meio da Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.130, de 17/03/2020, com efeitos financeiros a partir de maio de 2020. O Município possui 56 unidades de saúde cadastradas sob gestão municipal e que constituem a rede pública de saúde, entre as quais se destaca a presença de: 22 Unidades Básicas de Saúde, 02 Centros de Atenção Especializada, uma Policlínica Municipal, um Laboratório Municipal, 02 Unidades de Pronto Atendimento e um hospital privado conveniado ao SUS, o Hospital Nossa Senhora de Lourdes (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, em 16/08/2023).

O Hospital Nossa Senhora de Lourdes - CNES 2117037, é uma entidade sem fins lucrativos e é o único hospital contratualizado do município. Possui 101 leitos cadastrados no CNES, sendo 79 disponibilizados ao SUS. Esses leitos estão distribuídos nas seguintes especialidades: clínica geral, clínica cirúrgica, obstetrícia, pediatria, UTI adulto, neonatologia e cirúrgico/diagnóstico/terapêutico.

Além disso, para complementar a rede hospitalar, foram credenciados alguns serviços do Hospital Evangélico - CNES 026808 e do Hospital Vila da Serra - CNES 2115891 (CNES, 16/08/2023).

Ressalta-se que a legislação utilizada para avaliação dos contratos/convênios firmados entre a SMS e as unidades hospitalares foi a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

IV - METODOLOGIA

FASE ANALÍTICA

- Análise do processo principal desta auditoria - SEI nº 1320.01.0134741/2021-73;
- Análise do processo da pasta de papéis de trabalho desta auditoria - SEI 1320.01.0134744/2021-89;
- Verificação das matrizes de análise e de coleta de informações de auditoria;
- Levantamento e estudo das legislações referentes ao município auditado e aos objetos de auditoria, principalmente, as que constam nos critérios da matriz de análise de informações de auditoria;
- Análise de relatórios extraídos do CNES, referentes ao Município de Nova Lima, acessados em 16/08/2023;
- Análise de Relatórios da PPI assistencial do Município de Nova Lima, disponíveis no site: <http://ppiassistencial.saude.mg.gov.br/consulta-ppi>;
- Análise do Relatório do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/Nova Lima/2013;
- Elaboração do cronograma de auditoria;
- Envio do Ofício SES/AUDSUS nº 502, de 21 de agosto de 2023, de comunicação de auditoria e solicitação dos seguintes documentos à SMS de Nova Lima:

Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA):

1. Síntese de produção do SIA-SUS e do SIH-SUS (espelhos de AIH), da última competência processada;
2. Protocolos Clínicos / Diretrizes Clínicas /Linhas de Cuidados implantados no município;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



3. Documentos que comprovem a divulgação e a capacitação dos profissionais do Serviço de Controle e Avaliação e dos profissionais das unidades de saúde, em relação aos protocolos clínicos/diretrizes terapêuticas;
4. Protocolos de Regulação do Acesso implantados no município;
5. Documentos que comprovem a elaboração, discussão, aprovação, divulgação e capacitação dos servidores do SCRA e dos profissionais das unidades de saúde em relação aos protocolos de Regulação de Acesso;
6. Documentos que comprovem que as equipes de Regulação, Controle e Avaliação são capacitadas de forma permanente (cronogramas de capacitação, materiais didáticos, listas de presença, certificados, etc.);
7. Documentos que comprovem que as equipes de Regulação, Controle e Avaliação capacitam os profissionais das unidades de saúde de forma permanente (cronogramas de capacitação, materiais didáticos, listas de presença, certificados, etc.);
8. Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais (consultas e exames especializados) e hospitalares disponíveis no seu território, do período de março a maio de 2023;
9. Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais (consultas e exames especializados) e hospitalares disponíveis em outros municípios, do período de março a maio de 2023;
10. Lista de usuários referenciados por outros municípios para Nova Lima, do período de março a maio de 2023;
11. Controle das cotas dos procedimentos especializados que são disponibilizados à população de referência, por município de origem, de março a maio de 2023;
12. Documentos técnicos que subsidiem a revisão da PPI (controle de cotas, atas de reuniões da Referência Técnica do SCRA e SMS e outros documentos que comprovem a revisão periódica da PPI);
13. Lista de Autorizador(es) de internações hospitalares (AIH) e de Autorizador(es) de Procedimentos Ambulatoriais (APAC), com o respectivo vínculo funcional e nome(s) do(s) estabelecimento(s) o(s) qual(is) o mesmo é responsável pelas autorizações;
14. Documentos que comprovem a formação dos profissionais autorizadores de AIH e APAC (diploma, declaração de conclusão de curso, Registro em Conselho de Classe);
15. Ato de designação do(s) profissional(is) responsável(s) pela autorização de AIH e APAC;
16. Registros que demonstrem que a SMS monitora, fiscaliza e avalia a execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial (relatórios de monitoramento, fiscalização e avaliação; atas de reuniões; relatórios de visitas; relatórios analíticos da execução e de indicadores; Pareceres e/ou Relatórios emitidos pelos Profissionais Autorizadores; relatórios quadrimestrais, conforme contrato);
17. Ato formal de nomeação da Comissão de Acompanhamento da Contratualização da Unidade Hospitalar contratada pelo município;
18. Publicação no Diário Oficial (ou equivalente) com a composição da Comissão de Acompanhamento da Contratualização da Unidade Hospitalar contratada pelo município;
19. Documentação comprobatória das atividades desenvolvidas pela Comissão de Acompanhamento da Contratualização da Unidade Hospitalar contratada pelo município (atas, relatórios, planilhas e outros);
20. Ato formal de nomeação da Comissão Municipal Responsável pelo TFD;
21. Extratos da conta corrente utilizada para pagamento do TFD e registros de movimentação bancária, de março a maio de 2023.

Fundo Municipal de Saúde (FMS):

22. Ato legal de nomeação do atual Gestor Municipal de Saúde;
23. Ato de designação do atual Gestor Municipal de Saúde como ordenador de despesa;
24. Lei Municipal que cria o Fundo Municipal de Saúde (FMS);
25. Lei Orçamentária Anual dos exercícios de 2022 e 2023;
26. Quadro Demonstrativo da Despesa (QDD) do FMS dos exercícios de 2022 e 2023;
27. Relação das contas correntes do FMS (contendo a especificação de cada conta);
28. Documento com identificação da conta da contrapartida municipal (15%), informando a qual CNPJ essa conta está vinculada (se ao CNPJ do FMS ou ao CNPJ da Prefeitura);
29. Extratos bancários da conta corrente de movimentação dos recursos da contrapartida municipal, de janeiro a maio de 2023;
30. Contratos e/ou convênios formalizados com o(s) prestador(es) de serviço(s) hospitalar(es) vigente(s);
31. Processos licitatórios referentes aos contratos e/ou convênios formalizados com o(s) prestador(es) de serviço(s) hospitalar(es);
32. Ato(s) normativo(s) de designação da comissão de licitação referente(s) ao(s) processos licitatórios e aos contratos e/ou convênios formalizados com o(s) prestador(es) de serviço(s) hospitalar(es).



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Componente Municipal de Auditoria (CMA):

33. Ato legal de criação do Componente Municipal de Auditoria;
34. Regulamento e/ou protocolo de atuação do Componente Municipal de Auditoria;
35. Organograma da SMS;
36. Ato(s) de designação e/ou nomeação do(s) profissional(is) auditores;
37. Registros das ações realizadas, incluindo Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros, do ano de 2023;
38. Expedientes emitidos com o encaminhamento do relatório concedendo a oportunidade de manifestação do auditado frente o Relatório de Auditoria, do ano de 2023;
39. Expedientes emitidos com o encaminhamento do relatório aos órgãos de controle interno e externo, do ano de 2023;
40. Inventário da estrutura (mobiliário e equipamentos) do setor de Auditoria.

- Análise dos documentos enviados pelo auditado em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº 502/2023.

FASE OPERATIVA

A auditoria operativa foi realizada no período de 19 a 21/09/2023. A equipe de auditores da SES-MG apresentou-se na SMS de Nova Lima às 08h30min do dia 19/09/2023 e realizou reunião de abertura da auditoria, visando explicar o objetivo da auditoria e conferir a documentação solicitada, por meio do Ofício SES/AUDSUS Nº 502/2023, de 21/08/2023 (Comunicação de Auditoria). Essa reunião contou com a presença da equipe de auditores, bem como da Secretária Adjunta de Saúde (Sra. S.N.F.), da Diretora de Regulação (Sra. F.C.P.A.), da Enfermeira que atua na Supervisão Hospitalar (Sra. A.L.C.S.) e do Subsecretário de Urgência, Emergência, Especialidades e Vigilância em Saúde (Sr. G.D.R.G.).

As atividades da fase operativa ocorreram na sede da SMS, bem como na Secretaria de Fazenda da Prefeitura Municipal. Tais atividades consistiram na avaliação de documentos (sendo alguns copiados para análises posteriores) e na realização de oitivas com profissionais da SMS.

A reunião de encerramento dos trabalhos de auditoria ocorreu na sala de reuniões da SMS, no dia 21/09/2023, às 11h15min e contou com a presença da equipe de auditores, da Secretária Municipal de Saúde (Sra. A.N.F.A.), da Secretária Adjunta de Saúde (Sra. S.N.F.), da Diretora de Regulação (Sra. F.C.P.A.), do Diretor Financeiro (Sr. L.G.F.) e do Subsecretário de Urgência, Emergência, Especialidades e Vigilância em Saúde (Sr. G.D.R.G.).

LIMITAÇÃO

Não houve limitações aos trabalhos de auditoria.

V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 672954

Subgrupo: Estrutura

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: Não existe Componente Municipal de Auditoria implantado.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que Nova Lima não possui um Componente Municipal de Auditoria (CMA) implantado. Verificou-se que no organograma da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) consta a Divisão de Avaliação e Auditoria, subordinada ao Departamento de Controle e Avaliação, que por sua vez está subordinado à Subsecretaria de Urgência, Emergência, Especialidades e Vigilância em Saúde. Entretanto, não foi apresentado ato legal de criação do CMA, nem Regulamento próprio da Auditoria, contendo itens considerados importantes para o efetivo funcionamento do CMA, tais como: os objetivos, as competências, as atividades e a composição da equipe de auditoria.

Tal fato está em desacordo com a Lei nº 8.689/1993, Artigo 6º, § 2º; com o Decreto nº 1.651/1995, Artigo 1º; Artigo 4º, caput e §3º; com a Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.349/2021, Anexo Único, Observação; com o Manual: Orientação para



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - Série Auditoria do SUS - Volume 3 - Brasília/DF MS/2014, Capítulo: O que caracteriza um Componente do SNA Estruturado, pág. 28 e com o Manual: Auditoria do SUS-Orientações Básicas, MS/2011, Capítulo 4: Requisitos básicos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, pág. 35.

Fonte da Evidência: * Organograma da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima;
* Termo de entrevista das Sras. F.F.S.P. e A.L.C.S., Auditoras/Supervisoras Hospitalares da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima, de 19/09/2023.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1: Por meio do Ofício SEMSA: 391/2023, datado de 21/12/2023, a Sra. A.N.F.A. (representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima) se manifestou da seguinte forma:

O componente municipal de auditoria está em funcionamento no Município, composto por equipe multiprofissional capacitada para desenvolver ações técnicas e administrativas pertinentes ao serviço, apesar de não estar formalmente implantado.

Ação corretiva: Para regularização deste, foi elaborada minuta de decreto visando regulamentar o Sistema Municipal de Auditoria Assistencial no âmbito do SUS que está sob análise da gestão municipal.

2: A Sra. A.N.F.A. e os Srs. G.G.R. e D.G.H. (pessoas físicas) não apresentaram justificativas.

Análise da Justificativa: O auditado apresentou a minuta do Decreto nº x.xxx, de xx de dezembro de 2023, que em seu artigo 1º institui o Componente Municipal de Auditoria Assistencial na Secretaria Municipal de Nova Lima. Também apresentou a Comunicação Interna nº 628/2023, de 21/12/2023, por meio da qual a Secretária Municipal de Saúde envia para o Procurador Geral do Município, um requerimento para elaboração do referido Decreto. Esses documentos demonstram que a correção da não conformidade se encontra em curso, mas ainda não foi efetivada. Além disso, após a publicação do referido Decreto, para efetiva implantação do Componente Municipal de Auditoria, faz-se necessária a adoção de providências para implantação do Regimento Interno, que de acordo com o previsto no art. 5º da minuta do Decreto, "regulamentará a atuação do Componente Municipal de Auditoria Assistencial". Nas justificativas do auditado apresentadas para as constatações 673032 e 673005, por exemplo, consta que a minuta desse Regulamento foi elaborada, contudo esse documento não foi apresentado.

Avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas foram parcialmente acatadas, uma vez que os argumentos e a documentação apresentados demonstram compromisso futuro com vistas à correção da não conformidade, mas não têm efeitos concretos no presente, não sendo, deste modo, suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	22.934.889/0001-17

Recomendação: Implantar o Componente Municipal de Auditoria no Sistema Municipal de Saúde de Nova Lima, por meio da publicação da minuta do Decreto em elaboração, bem como da elaboração do regimento interno do Componente Municipal de Auditoria, conforme previsto na Lei nº 8.689/1993, Artigo 6º, § 2º; no Decreto nº 1.651/1995, Artigo 1º; Artigo 4º, caput e §3º; na Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.349/2021, Anexo Único, Observação; no Manual: Orientação para Implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - Série Auditoria do SUS - Volume 3 - Brasília/DF MS/2014, Capítulo: O que caracteriza um Componente do SNA Estruturado, pág. 28 e no Manual: Auditoria do SUS-Orientações Básicas, MS/2011, Capítulo 4: Requisitos básicos para implantação de um Componente do Sistema



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Nacional de Auditoria, pág. 35.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	22.934.889/0001-17

Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 672955

Subgrupo: Estrutura

Item: Recursos Humanos/ Capacitação

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde não possui equipe multiprofissional exclusiva para desempenhar as ações de auditoria assistencial.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que a SMS de Nova Lima possui uma equipe de Auditoria/Supervisão Hospitalar composta por oito profissionais, sendo três médicas e cinco enfermeiras. Essa equipe foi designada e formalizada, por meio do Ofício SCA/Regulação SEMSA-Nova Lima nº 014/2023, de 12 de abril de 2023, o qual foi assinado pela Sra. S.N.F., Subsecretária de Urgência, Emergência, Especialidades e Vigilância em Saúde e foi destinado aos prestadores de serviços de saúde, conveniados e/ou credenciados à SMS/Prefeitura Municipal.

Entretanto, verificou-se que apesar da formalização/designação de profissionais, a equipe apresentada não é exclusiva para o exercício das atividades inerentes ao Componente Municipal do Sistema Nacional de Auditoria - SNA, visto que atua no âmbito do Serviço de Controle, Regulação e Avaliação, realizando principalmente ações de supervisão hospitalar.

Tal fato está em desacordo com o Decreto nº 1.651/1995, Artigo 4º, §3º; com o Manual: Orientação para Implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - Série Auditoria do SUS - Volume 3 - Brasília/DF, MS/2014, Capítulo: O que caracteriza um Componente do SNA Estruturado, pág. 28 e com o Manual: Auditoria do SUS-Orientações Básicas, MS/2011, Capítulo 4: Requisitos básicos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, pág. 35.

Fonte da Evidência: * Ofício SCA/Regulação SEMSA-Nova Lima nº 014/2023, de 12 de abril de 2023;

* Termo de entrevista das Sras. F.F.S.P. e A.L.C.S., Auditoras/Supervisoras Hospitalares da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima, de 19/09/2023.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1: Por meio do Ofício SEMSA: 391/2023, datado de 21/12/2023, a Sra. A.N.F.A. (representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima) se manifestou da seguinte forma:

Conforme descrito em relatório preliminar, a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima possui uma equipe de Auditoria/Supervisão Hospitalar composta por oito profissionais, sendo três médicas e cinco enfermeiras que realizam atividades de supervisão hospitalar e auditoria assistencial.

De acordo com o Manual de Auditoria do SUS, os requisitos básicos para implantação de um Componente Municipal de Auditoria, é necessário que o mesmo seja regulamentado por lei ou decreto do chefe do Poder Executivo e que tenha também um responsável legal e o corpo de auditores designados por meio de ato próprio (portaria ou decreto).

É recomendado que a auditoria tenha uma estrutura mínima compatível com as atividades a serem desenvolvidas, não sendo obrigatório ter uma estrutura dedicada apenas à auditoria, mas é crucial que a estrutura existente seja adequada para realizar as ações de auditoria necessárias, como já ocorre no município.

2: A Sra. A.N.F.A. e o Sr. D.G.H. (pessoas físicas) não apresentaram justificativas.

Análise da Justificativa: Em sua manifestação o auditado afirma que "é recomendado que a auditoria tenha uma estrutura mínima compatível com as atividades a serem desenvolvidas, não sendo obrigatório ter uma estrutura dedicada apenas à auditoria". Entretanto, é necessário considerar a segregação de funções, que é um princípio do



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



controle interno que estabelece a separação de atribuições entre servidores distintos nas várias fases de um determinado processo. Trata-se de uma medida preventiva que tem o objetivo de evitar não somente fraudes, mas sobretudo riscos de conflitos de interesses, descon sideração de falhas e continuidade de erros. Durante a auditoria, verificou-se que a equipe de Auditores/Supervisores Hospitalares de Nova Lima é responsável tanto pela autorização das internações hospitalares (autorização de AIHs), quanto pela supervisão hospitalar e pela auditoria dos hospitais. Portanto, o princípio da segregação de funções não tem sido observado nesse processo.

Além disso, é importante considerar que o Sistema de Controle Interno é um conceito que agrega um conjunto de diferentes tipos de controle. De acordo com o documento "Modelo das Três Linhas do IIA 2020 - Uma atualização das Três Linhas de Defesa" (publicado pelo The Institute of Internal Auditors - IIA e traduzido pelo o IIA Brasil), o controle abrange três linhas nas organizações, sintetizadas da seguinte forma: A responsabilidade da gestão de atingir os objetivos organizacionais compreende os papéis da primeira e segunda linhas. Os papéis de primeira linha estão mais diretamente alinhados com a entrega de produtos e/ou serviços aos clientes da organização, incluindo funções de apoio. Os papéis de segunda linha fornecem assistência no gerenciamento de riscos. A auditoria interna constitui a terceira linha. Ela presta avaliação e assessoria independentes e objetivas sobre a adequação e eficácia da governança e do gerenciamento de riscos. Isso é feito através da aplicação competente de processos sistemáticos e disciplinados, expertise e conhecimentos. A auditoria interna reporta suas descobertas à gestão e ao órgão de governança para promover e facilitar a melhoria contínua. A independência da auditoria interna em relação a responsabilidades da gestão é fundamental para sua objetividade, autoridade e credibilidade.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	22.934.889/0001-17

Recomendação: Compor uma equipe multiprofissional exclusiva para desempenhar as ações de auditoria assistencial e manter registros comprobatórios dessa ação, tais como: Ato(s) de designação e/ou nomeação dos profissionais auditores e registros das ações realizadas pelos mesmos, incluindo Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros, conforme previsto no Decreto nº 1.651/1995, Artigo 4º, §3º; no Manual: Orientação para Implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - Série Auditoria do SUS - Volume 3 - Brasília/DF, MS/2014, Capítulo: O que caracteriza um Componente do SNA Estruturado, pág. 28 e no Manual: Auditoria do SUS-Orientações Básicas, MS/2011, Capítulo 4: Requisitos básicos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, pág. 35.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	22.934.889/0001-17

Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 672956

Subgrupo: Estrutura

Item: Estrutura física

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde possui os recursos físicos e materiais necessários ao desempenho das atividades de auditoria.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que a SMS de Nova Lima possui recursos físicos e materiais necessários ao desempenho das atividades da auditoria, a saber: espaço físico definido, infraestrutura de informática composta por computador com acesso à internet e impressora, além de linha telefônica e meio de transporte.

Tal fato está de acordo com o Decreto nº 1.651/1995, Artigo 4º, §3º e com o Manual: Auditoria do SUS-Orientações Básicas, Capítulo 4: Requisitos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, MS/2011, pág. 35.

Fonte da Evidência: * Termo de entrevista das Sras. F.F.S.P. e A.L.C.S., Auditoras/Supervisoras Hospitalares da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima, de 19/09/2023;

* Observação in loco.

Conformidade: Conforme

Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 673032

Subgrupo: Processo

Item: Normas/Rotinas de Trabalho/Atividades

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde não realiza ações de Auditoria.

Evidência: Durante a auditoria, as Auditoras/Supervisoras Hospitalares entrevistadas informaram que realizam prioritariamente ações que se caracterizam como supervisão hospitalar, mas tendo em vista a inexistência do CMA implantado em Nova Lima, realizam ações de fiscalização que seriam pertinentes ao CMA.

As Auditoras/Supervisoras Hospitalares realizam conferência de 100% dos prontuários SUS da Fundação Hospitalar Nossa Senhora de Lourdes e das consultas eletivas pré-cirúrgicas realizadas no Hospital, assim como realizam conferência das contas dos prestadores hospitalares credenciados (Hospital Vila da Serra e Hospital Evangélico), para verificar se os procedimentos realizados estão de acordo com os procedimentos cobrados ao SUS. Depois da conferência dos prontuários, in loco, geram Planilhas/Relatórios com dados sobre o valor apresentado, o valor a pagar e as glosas apuradas e fazem um detalhamento de cada conta hospitalar, com especificação dos valores gastos com diárias, honorários médicos, medicamentos, materiais, OPME, etc.

Durante a conferência dos prontuários, as Auditoras/Supervisoras Hospitalares também analisam se os mesmos estão preenchidos e organizados de acordo com as normas previstas pelo SUS. Para tanto, utilizam um formulário próprio, que possui itens como: AIH devidamente preenchida; Tempo de permanência hospitalar preenche requisito do procedimento autorizado; Tratamento realizado compatível com o procedimento autorizado; Folha de sala cirúrgica devidamente preenchida, carimbada e assinada por todos os membros da equipe, dentre outros.

Após processamento dos dados no SIHD, é gerado um relatório de apuração de inconsistências e, se necessário, as Auditoras/Supervisoras Hospitalares fazem nova conferência dos prontuários, para verificar se liberam ou não as inconsistências, caso o procedimento tenha o atributo de liberação crítica. Foram apresentados formulários preenchidos, referentes à realização dessa ação, nos anos de 2022 e 2023.

Também são realizadas visitas técnicas a prestadores que pleiteiam ser credenciados pelo município, para avaliar a estrutura e a qualidade dos serviços prestados e verificar se os mesmos estão aptos ao credenciamento. Foram apresentados relatórios de visitas técnicas realizadas em 2023, referentes ao Edital de Credenciamento de exames de imagem nº 018/2022.

Verificou-se ainda que as médicas Auditoras/Supervisoras Hospitalares também atuam como autorizadas de AIH e de APAC de hemodiálise.

Contudo, não foram apresentados registros como Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros, que comprovem a realização de ações inerentes ao Sistema Nacional de Auditoria, no âmbito municipal, pela SMS



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



de Nova Lima.

Tal fato está em desacordo com o Decreto nº 1.651/1995, Artigo 2º e Artigo 5º, Inciso III; com a Resolução de Consolidação CIT Nº 1/2021, Anexo III, Item 4.1.q. e 4.1.r.; com a Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.349, de 17 de março de 2021, Anexo Único, Incisos VIII e IX.

Fonte da Evidência:

- * Termo de entrevista das Sras. F.F.S.P. e A.L.C.S., Auditoras/Supervisoras Hospitalares da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima, de 19/09/2023;
- * Planilhas/Relatórios resultantes da conferência do serviço realizadas pela equipe da Supervisão Hospitalar in loco e revisão técnica administrativa, do Hospital Nossa Senhora de Lourdes. Faturas do período de atendimento de dezembro/2022, janeiro/2023, março a julho/2023;
- * Planilhas/Relatórios resultantes da conferência do serviço realizadas pela equipe da Supervisão Hospitalar in loco e revisão técnica administrativa, do Hospital Vila da Serra. Faturas do período de atendimento de março a julho de 2023;
- * Planilhas/Relatórios resultantes da conferência do serviço realizadas pela equipe da Supervisão Hospitalar in loco e revisão técnica administrativa, do Hospital Evangélico de Belo Horizonte. Faturas de oftalmologia - de agosto a novembro/2022 e de janeiro a setembro/2023 e Faturas Hospitalares - de outubro a dezembro/2022 e janeiro a agosto/2023;
- * Modelo do check list para conferência documental de prontuários da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima, Departamento de Controle Regulação e Avaliação, Supervisão Hospitalar do SUS;
- * Formulários preenchidos referentes à apuração de inconsistências do faturamento das AIHS do SUS, da Fundação Hospitalar Nossa Senhora de Lourdes, das competências 02, 04, 05, 07, 09, 10 e 12/2022 e 01 a 05 e 07/2023;
- * Relatórios de visitas técnicas referentes ao Edital de Credenciamento de exames de imagem nº 018/2022, de janeiro, março, abril e junho de 2023;
- * Espelhos de AIH, do Hospital Nossa Senhora de Lourdes, referentes à Competência 07/2023, extraído do Sistema de Informações Hospitalares Descentralizado - SIHD2, em 05/09/2023;
- * Sínteses de Produção do APAC, extraídas do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA-SUS), referentes à SMS de Nova Lima, das competências de março, abril e maio de 2023.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1: Por meio do Ofício SEMSA: 391/2023, datado de 21/12/2023, a Sra. A.N.F.A. (representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima) se manifestou da seguinte forma:
Conforme descrito em relatório preliminar, as ações inerentes ao Sistema Nacional de Auditoria, no âmbito municipal, são realizadas, porém as mesmas não são devidamente registradas.

Ação corretiva: elaborada minuta de regimento do Componente Municipal de Auditoria, no qual foram definidas as regras, processos e registros das auditorias realizadas.

2: A Sra. A.N.F.A. e os Srs. G.G.R. e D.G.H. (pessoas físicas) não apresentaram justificativas.

Análise da Justificativa: O auditado manifestou afirmando que as ações inerentes ao Sistema Nacional de Auditoria, no âmbito municipal, são realizadas; entretanto, não apresentou documentação que comprove a realização de tais ações.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	22.934.889/0001-17



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Recomendação: Realizar ações de auditoria e manter registros comprobatórios dessas ações, tais como: Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros, conforme previsto no Decreto nº 1.651/1995, Artigo 2º e Artigo 5º, Inciso III; na Resolução de Consolidação CIT Nº 1/2021, Anexo III, Item 4.1.q. e 4.1.r.; na Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.349, de 17 de março de 2021, Anexo Único, Incisos VIII e IX.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	22.934.889/0001-17

Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 673005

Subgrupo: Processo

Item: Normas/Rotinas de Trabalho/Atividades

Constatação: O processo da auditoria não garante ao auditado o direito à defesa.

Evidência: Não foram apresentados documentos que demonstrem que o processo da auditoria garante ao auditado o direito à defesa, tais como expedientes emitidos, concedendo a oportunidade de manifestação do auditado frente às irregularidades identificadas e apontadas em relatório de auditoria. Também não foi apresentado Regulamento e/ou Protocolo de atuação do CMA, contendo a previsão do direito à defesa ao auditado e a forma de garanti-lo.

Em entrevista, as Auditoras/Supervisoras Hospitalares confirmaram que o processo das fiscalizações que realizam não garante o direito à defesa. Ressaltaram que são emitidos ofícios pelo Secretário Municipal de Saúde, com a notificação das fiscalizações realizadas e que os prestadores, em geral, respondem aos questionamentos dos ofícios com justificativas e ações tomadas.

Tal fato está em desacordo com o Decreto nº 1.651/1995, Artigo 10 e com o Manual: Auditoria do SUS-Orientações Básicas, MS/2011, Capítulo 3: O processo de trabalho da auditoria do SUS, Item 3.9, pág. 28.

Fonte da Evidência: * Termo de entrevista das Sras. F.F.S.P. e A.L.C.S., Auditoras/Supervisoras Hospitalares da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima, de 19/09/2023.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1: Por meio do Ofício SEMSA: 391/2023, datado de 21/12/2023, a Sra. A.N.F.A. (representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima) se manifestou da seguinte forma:

Ação corretiva: elaborada minuta de regimento do Componente Municipal de Auditoria, bem como o regimento da Comissão de Acompanhamento da Contratualização, onde estipulou-se os critérios e competências das notificações, bem como os prazos para recursos.

2: A Sra. A.N.F.A. e os Srs. G.G.R. e D.G.H. (pessoas físicas) não apresentaram justificativas.

Análise da Justificativa: O auditado informou em sua manifestação que foi elaborada a minuta de regimento do Componente Municipal de Auditoria, que estipulou os critérios e as competências das notificações, bem como os prazos para os recursos. Entretanto, não apresentou esse regimento, assim como não apresentou documentação que comprove que o processo da auditoria garante ao auditado o direito à defesa.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	22.934.889/0001-17



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Recomendação: Garantir ao auditado o direito à defesa e manter documentação comprobatória dessa ação, tais como: expedientes emitidos, concedendo a oportunidade de manifestação do auditado frente às irregularidades identificadas e apontadas em relatório de auditoria. Além de elaborar Regulamento e/ou Protocolo de atuação do CMA, contendo a previsão do direito à defesa ao auditado e a forma de garanti-lo, conforme previsto no Decreto nº 1.651/1995, Artigo 10 e no Manual: Auditoria do SUS-Orientações Básicas, MS/2011, Capítulo 3: O processo de trabalho da auditoria do SUS, Item 3.9, pág. 28.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	22.934.889/0001-17

Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 673007

Subgrupo: Processo

Item: Normas/Rotinas de Trabalho/Atividades

Constatação: Os relatórios de auditoria não são encaminhados aos órgãos de controle.

Evidência: Durante a auditoria, não foi apresentado nenhum documento que comprove que ocorre encaminhamento de relatórios específicos aos órgãos de controle, como o Ministério Público e os conselhos de classe, em caso de identificação de irregularidade sujeita apreciação destes. Também não foi apresentado Regulamento e/ou Protocolo de atuação do CMA, contendo a previsão de encaminhamentos a órgãos de controle e a forma de realizá-los.

Em entrevista, as Auditoras/Supervisoras Hospitalares confirmaram que não são encaminhados relatórios específicos aos órgãos de controle interno e externo.

Tal fato está em desacordo com o Decreto nº 1.651/1995, Artigo 3º, Inciso III e com o Manual: Auditoria do SUS-Orientações Básicas, MS/2011, Capítulo 3: O processo de trabalho da auditoria do SUS, Item 3.12, pág. 29.

Fonte da Evidência: * Termo de entrevista das Sras. F.F.S.P. e A.L.C.S., Auditoras/Supervisoras Hospitalares da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima, de 19/09/2023.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1: Por meio do Ofício SEMSA: 391/2023, datado de 21/12/2023, a Sra. A.N.F.A. (representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima) se manifestou da seguinte forma:

Ação corretiva: Conforme estipulado no regimento interno do Componente Municipal de Auditoria Assistencial, o relatório com o resumo das auditorias concluídas ou iniciadas no período será encaminhado quadrimestralmente aos órgãos de controle.

2: A Sra. A.N.F.A. e os Srs. G.G.R. e D.G.H. (pessoas físicas) não apresentaram justificativas.

Análise da Justificativa: O auditado manifestou informando que está previsto no regimento interno do Componente Municipal de Auditoria Assistencial, em processo de elaboração, o encaminhamento quadrimestral, aos órgãos de controle, de um relatório com o resumo das auditorias concluídas ou iniciadas no período. Entretanto, não apresentou o regimento comprovando essa previsão, assim como não apresentou documento que comprove a ocorrência de encaminhamento de relatórios específicos aos órgãos de controle.

Também é importante salientar que, em casos específicos, o encaminhamento dos relatórios de auditoria ou seus resultados a órgãos de controle decorre de determinação que não depende de regulamentação municipal. Por exemplo:

a) O disposto no art. 27 da Lei Complementar nº 141/2012 que determina ciência ao Tribunal de Contas e ao



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Ministério Público, em casos de identificação, pelos órgãos de controle interno, incluindo os do SNA, de utilização de recursos do SUS em desconformidade com o art. 3º da mesma lei.

b) O disposto no art. 36, da mesma Lei Complementar nº 141/2012 que determina a necessidade de encaminhamento de Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) à Câmara Municipal, com informações da gestão municipal, incluindo as auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações. Essa determinação também está presente na Portaria de Consolidação nº 01/2017, art. 100, caput.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	22.934.889/0001-17

Recomendação: Encaminhar relatórios específicos aos órgãos de controle, como o Ministério Público e os conselhos de classe, em caso de identificação de irregularidade sujeita apreciação destes e manter registros comprobatórios dessa ação, tais como os expedientes emitidos. Além disso, prever os encaminhamentos aos órgãos de controle e a forma de realizá-los em Regulamento e/ou Protocolo de atuação do CMA, conforme previsto no Decreto nº 1.651/1995, Artigo 3º, Inciso III e no Manual: Auditoria do SUS-Orientações Básicas, MS/2011, Capítulo 3: O processo de trabalho da auditoria do SUS, Item 3.12, pág. 29.

Encaminhar os Relatórios Finais de Auditoria (além de ao auditado e às instituições que solicitaram a auditoria) ao Conselho Municipal de Saúde, conforme previsto no Decreto Federal nº 1.651/1995, art. 10 e no Manual: Auditorias do SUS-Orientações Básicas/O processo de trabalho da auditoria do SUS, MS/2011, Capítulo 3, item 3.12.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	22.934.889/0001-17

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 672371

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Normas/Rotinas/Protocolos/Comissões Internas

Constatação: O Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA) adotou protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para uso na regulação do acesso e na gestão das filas de espera.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que o Município de Nova Lima adotou as Linhas de Cuidado do Ministério da Saúde. Em entrevista com a Sra. F.C.P.A, Diretora do Departamento de Controle, Avaliação e Regulação (DCAR) da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Nova Lima, verificou-se que a Coordenação da Atenção Primária a Saúde (APS) ficou com a responsabilidade de realizar a capacitação dos profissionais para a implantação e utilização desses instrumentos.

Foi apresentada uma relação contendo as 22 Linhas de Cuidado, que são utilizadas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município, a saber: Acidente Vascular Cerebral no Adulto, Asma, Câncer de Mama, Depressão do Adulto, Diabetes Tipo 2, Disfunção Pulmonar Obstrutiva Crônica, Dor Lombar, Dor Torácica, Hepatites Virais, Doença Renal Crônica, Hipertensão Arterial Sistêmica, HIV, Pessoa com Demência, Infarto Agudo do Miocárdio, Insuficiência Cardíaca, Obesidade, Puericultura e Hebicultura, Tabagismo, Transtorno de Ansiedade, Transtorno por Uso de Álcool, Transtorno de Espectro Autista na Criança, Síndrome de Infecção Congestiva pelo Vírus Zika (SCZ).



Ademais, verificou-se que os protocolos elaborados e implantados pelo DCAR do Município (Protocolo Clínico de Acesso aos Exames de Média e Alta Complexidade e Protocolo para encaminhamento e priorização das especialidades médicas ambulatoriais) apresentam critérios que permitem a regulação do acesso e a gestão das filas de espera.

Verificou-se que a APS em Nova Lima funciona como porta de entrada do usuário para o sistema de saúde e, quando necessário, ocorre o encaminhamento aos serviços especializados para realização de consultas especializadas, exames de média e alta complexidade e cirurgias eletivas.

Verificou-se que o Sistema de Informação implantado no Município (VIVVER), possui módulos que são alimentados com dados da APS. Ademais, esse sistema é utilizado para cadastro das solicitações e encaminhamentos feitos pelos profissionais das UBS, aos serviços da rede de assistência à saúde, referentes às consultas e exames especializados.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, Art.10, §3º, inciso III e Art. 10, Caput, Inciso VI; com o Guia de Governança e Gestão em Saúde - Tribunal de Contas da União, Cap. 4. Gestão Pública em Saúde - Secretarias de Saúde, pág.78, item de controle MAC 4.7

Fonte da Evidência: *Termo de Entrevista da Sra. F.C.P.A., Diretora do Departamento de Controle, Avaliação e Regulação de Nova Lima, de 20/09/23;
*Relação das Linhas de Cuidado do Ministério da Saúde adotadas pelo município de Nova Lima, extraída do site do Ministério da Saúde;
*Protocolo Clínico de Acesso aos Exames de Média e Alta Complexidade de Nova Lima. Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal de Nova Lima, de setembro de 2020;
*Protocolo para encaminhamento e priorização das especialidades médicas ambulatoriais. Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima, Departamento de Controle, Avaliação, Regulação, de 2015;
*Tutorial do Sistema Municipal de Saúde VIVVER - Programa Informatizado - Solicitação de Marcação ou Remarcação de Solicitação de Procedimentos e Serviços- Junho de 2022.

Conformidade: Conforme

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 672378

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Normas/Rotinas/Protocolos/Comissões Internas

Constatação: O SCRA utiliza protocolos de regulação de acesso.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que o Departamento de Controle, Avaliação e Regulação da SMS de Nova Lima implantou dois protocolos de Regulação do Acesso, a saber: o Protocolo Clínico de Acesso aos Exames de Média e Alta Complexidade e o Protocolo para encaminhamento e priorização das especialidades médicas ambulatoriais.

Constatou-se que o Protocolo Clínico de Acesso aos Exames de Média e Alta Complexidade foi aprovado e instituído, por meio da Portaria SEMSA Nº 006, de 26/10/2020.

Foram verificados relatórios do Sistema de Informação implantado no município, o VIVVER, bem como processos físicos de solicitação de procedimentos que comprovam a adoção desses protocolos, uma vez que ocorre a classificação de prioridade de cada caso e a organização das filas de espera, segundo critérios definidos nos protocolos.

Nos relatórios do VIVVER, também pode-se observar que a regulação do acesso aos serviços especializados é realizada pelas equipes de Saúde da Família/UBS em conjunto com o Serviço de Controle, Avaliação e Regulação da SMS. Existe uma primeira definição de prioridade pelo médico solicitante e uma segunda classificação realizada pelos médicos reguladores.

Verificou-se que DCAR conta com 6 médicos reguladores, sendo um deles o coordenador da equipe, além de 14



profissionais administrativos, responsáveis pela marcação/agendamento dos procedimentos. O fluxo de encaminhamento das solicitações de procedimentos realizadas pelos profissionais das UBS ocorre de duas formas: As especialidades que são atendidas na Policlínica Municipal são cadastradas no Sistema VIVVER, sendo posteriormente avaliadas, classificadas, reguladas e autorizadas pelos médicos do setor de Regulação. As demais especialidades e cirurgias eletivas, que não são realizadas na Policlínica, são encaminhadas pelas UBS para o DCAR, por meio de processos físicos, via malote.

Em entrevista, a Sra. R.A.R. (uma das responsáveis pela análise desses processos físicos) informou que, quando são detectados erros/irregularidades, os processos são devolvidos à UBS para correção. Para agilizar o trâmite, é realizado o controle interno, com registro de data de entrada e saída dos processos, tanto nas UBS quanto na SMS/DCAR. Após correção dos processos pelos profissionais das UBS e devolução ao DCAR, os mesmos são checados novamente e encaminhados para o médico regulador, que os avalia, classifica, prioriza e autoriza. Após essa fase, os processos autorizados, juntamente com a lista de solicitações provenientes das UBS, são encaminhados para os profissionais responsáveis pela marcação dos procedimentos.

Verificou-se que existe controle de todos os agendamentos realizados, bem como das intercorrências (cancelamento, falta ou desistência) e dos procedimentos efetivamente realizados. Além disso, existe controle da demanda reprimida oriunda tanto das solicitações enviadas via malote para o DCAR, quanto para as demandas inseridas no Sistema VIVVER.

Tal fato está de acordo com a Resolução de Consolidação CIT N° 1/2021, Anexo III, Item 4.1, f; Portaria de Consolidação N° 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso V, Art. 8º, §1º, inciso IV, Art. 10, Caput, Inciso VI, Art. 10, §3º, inciso III e o Guia de Governança e Gestão em Saúde- Tribunal de Contas da União, Cap. 4. Gestão Pública em Saúde, -Secretarias de Saúde, pág.78, item de controle MAC 4.6.

Fonte da Evidência: *Protocolo Clínico de Acesso aos Exames de Média e Alta Complexidade de Nova Lima. Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal de Nova Lima, Setembro de 2020;
*Protocolo para encaminhamento e priorização das especialidades médicas ambulatoriais. Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima, Departamento de Controle, Avaliação, Regulação, de 2015;
*Portaria SEMSA nº 006/2020, de 26/10/2020;
*Relatórios do Sistema de Informação VIVVER, de Fila de Espera Cardiologia - 1ª consulta, Eco cardiograma e Classificação de Risco, extraídos em 21/09/2023;
*Processos Físicos de Solicitação/Encaminhamentos enviados pelas UBS para o DCAR, de 18/09/23;
*Termo de Entrevista da Sra. F.C.P.A., Diretora do Departamento de Controle, Avaliação e Regulação de Nova Lima, de 20/09/23;
*Termo de Entrevista da Sra. R.A.R., Servidora do Departamento de Controle, Avaliação, Regulação, de 19/09/23
*Planilha com procedimentos solicitados pelas UBS ao Departamento de Controle, Avaliação, Regulação, de 18/09/2023.

Conformidade: Conforme

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 672379

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Recursos Humanos

Constatação: O SCRA não capacita de forma permanente as equipes das unidades de saúde.

Evidência: Não foram apresentados cronogramas que indiquem a existência de planejamento de ações para realização de capacitações/treinamentos regulares, voltados para as equipes das unidades de saúde do Município.

Em entrevista, a Sra. F.C.P.A., Diretora do DCAR, informou que as capacitações são realizadas de maneira pontual e de acordo com a demanda apresentada, geralmente quando ocorre mudança de profissionais nas Unidades Básicas de Saúde, ingresso de novos servidores ou alterações de rotinas.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Foram apresentados registros da reunião setorial, com lista de presença, ocorrida em 17/02/2022, para alinhamento de rotinas de solicitação de ultrassonografia, processos de agendamento e marcação, confirmação dos exames de ultrassom, divisão dos tipos de exames para otimizar e agilizar os agendamentos e minimizar o tempo de espera, para realização e reorganização das atividades.

Também foram entregues formulários de Comunicação Interna, entre o DCAR e a Coordenação de Atenção Básica, que se referem a mudanças no Sistema de Marcação de consultas especializadas e exames utilizado pela SMS de Belo Horizonte e demais orientações, enviados via e-mail, em 08/09/2022.

Foi realizada reunião setorial para apresentação da regulação do acesso à assistência, com ordenação e qualificação dos fluxos de acesso aos serviços de saúde, em 30/01/2023.

Contudo, esses registros não caracterizam a realização de atividades de Educação Permanente para as equipes das unidades de saúde.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1º, Inciso VII e Art. 10, §3º, Inciso II.

Fonte da Evidência: *Termo de Entrevista da Sra. F.C.P.A., Diretora do Departamento de Controle, Avaliação e Regulação de Nova Lima, de 20/09/23;

*Reunião Setorial, com lista de presença, ocorrida em 17/02/22;

*Formulários de Comunicação Interna entre o DCAR e a Coordenação de Atenção Básica, enviados por e-mail em 08/09/2022;

*Reunião setorial para apresentação da regulação do acesso à assistência, com ordenação e qualificação dos fluxos de acesso aos serviços de saúde, ocorrida em 30/01/2023.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1: Por meio do Ofício SEMSA: 391/2023, datado de 21/12/2023, a Sra. A.N.F.A. (representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima) se manifestou da seguinte forma:

Ação corretiva: As capacitações das equipes das unidades são realizadas mediante demanda, conforme formulários de presença apresentados durante auditoria. Visando regularizar a periodicidade das capacitações o serviço de educação em saúde implementará calendário regular, a ser apresentado posteriormente.

2: A Sra. A.N.F.A. e os Srs. G.G.R. e D.G.H. (pessoas físicas) não apresentaram justificativas.

Análise da Justificativa: Em sua manifestação, o auditado ratificou a não conformidade ao afirmar que as capacitações das equipes das unidades são realizadas mediante demanda e que implementará um calendário visando regularizar a periodicidade das capacitações, a ser apresentado posteriormente. Além disso, o auditado apresentou um documento que prevê a reestruturação da Educação Permanente em Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) de Nova Lima. Contudo, verificou-se que os temas contemplados nesse documento são referentes às rotinas na Atenção Primária à Saúde, tais como: Linhas de Cuidado em Saúde da criança, mulher e idoso, Linha de Cuidado Odontológica, Atendimento à Urgência e Emergência, Vigilância em Saúde, entre outros. Portanto, não se tratam de documentos que indiquem a implantação de capacitações ou treinamentos regulares para as equipes das unidades de saúde do município, oferecidos pelo SCRA, com a abordagem de temas referentes às ações controle, regulação e avaliação.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	22.934.889/0001-17



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Recomendação: Garantir que o SCRA capacite de forma permanente as equipes das unidades de saúde, bem como manter documentação comprobatória dessa ação, tais como: planejamento anual das atividades, cronograma de capacitações e comprovantes da realização das mesmas (materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros), conforme previsto na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1º, Inciso VII e Art. 10, §3º, Inciso II.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	22.934.889/0001-17

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 672380

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Recursos Humanos

Constatação: As equipes de Regulação, Controle e Avaliação não são capacitadas de forma permanente.

Evidência: Não foram apresentados cronogramas ou registros de planejamento anual, que indiquem a existência de capacitações/treinamentos regulares para a equipe do DCAR.

Em entrevista, a Sra. F.C.P.A., Diretora do DCAR, informou que ocorrem reuniões setoriais, nas quais são discutidas as rotinas do serviço.

Ademais, foram entregues Notas Técnicas que normatizam as mudanças nas rotinas do DCAR, ocorridas em 2022 e 2023.

Contudo, essas ações não se caracterizam como Educação Permanente voltada para a equipe de Regulação, Controle e Avaliação.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, Caput, Inciso V.

Fonte da Evidência: *Termo de Entrevista da Sra. F.C.P.A., Diretora do Departamento de Controle, Avaliação e Regulação de Nova Lima, de 20/09/23;
*Treinamentos em Módulos do VIVVER - Guia Rápido - Criação da Agenda de Serviço; Módulo Regulação dos Serviços - Guia Rápido, Consulta a Fila de Espera, Classificação a Fila de Espera por Procedimento;
*Nota Técnica nº 01/22, do DCAR e Auditoria - Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura de Nova Lima (SEMSA - PNL), de 01/09/22 - Normatização da Fila de Espera dos Pacientes inseridos e da lista dos excluídos pela fila de espera no Sistema VIVVER;
*Nota Técnica nº 02/22, do DCAR e Auditoria - SEMSA - PNL - de 05/10/22 - Normatização para inclusão do Risco Cirúrgico como tipo de serviço no Sistema VIVVER;
*Nota Técnica nº 03/22, do DCAR e Auditoria - SEMSA - PNL - de 05/10/22 - Normatização das Ultrassonografias ofertadas pelo município no Sistema VIVVER;
*Nota Técnica nº 01/23, do DCAR e Auditoria - SEMSA - PNL - de 01/03/23 - Normatização para solicitação de Duplex SCAN ofertados pelo município de Nova Lima;
*Nota Técnica nº 02/23, do DCAR e Auditoria - SEMSA - PNL - de 11/07/23 - Normatização para solicitação de documentos para marcação dos Procedimentos Eletivos de Média e Alta Complexidade, Consultas e Exames de diagnose em geral e Cirurgias Eletivas, para Regulação do Acesso.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1: Por meio do Ofício SEMSA: 391/2023, datado de 21/12/2023, a Sra. A.N.F.A. (representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima) se manifestou da seguinte forma:
Ação corretiva: A equipe de educação permanente em saúde irá desenvolver programa de treinamento/capacitação para a



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



equipe de trabalho do Departamento de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria.

2: A Sra. A.N.F.A. e os Srs. G.G.R. e D.G.H. (pessoas físicas) não apresentaram justificativas.

Análise da Justificativa: O município manifestou a intenção de desenvolver um programa de educação permanente para os profissionais do Departamento de Regulação, Controle e Avaliação. Contudo, não apresentou documentação comprobatória de que a correção da não conformidade está em curso ou foi efetivada.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	22.934.889/0001-17

Recomendação: Garantir que as equipes de Regulação, Controle e Avaliação sejam capacitadas de forma permanente, bem como manter documentos comprobatórios dessa ação, tais como o planejamento anual das atividades, o cronograma de capacitações e os comprovantes da realização das mesmas (materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros), conforme previsto na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, Caput, Inciso V.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	22.934.889/0001-17

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 673191

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Documentação/Registros

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde executa o controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se a que a SMS de Nova Lima disponibiliza consultas, exames e cirurgias a seus municípios em seu próprio território, pela Programação Pactuada Integrada (PPI) e por credenciamentos específicos firmados entre a Prefeitura e os prestadores de serviços.

Verificou-se uma planilha com a relação dos pacientes agendados para realização de procedimentos ambulatoriais, em estabelecimentos do próprio município, incluindo a Policlínica, o Hospital Nossa Senhora de Lourdes, o Hospital Vila da Serra e clínicas credenciadas. A planilha possui cerca de 3500 procedimentos agendados, no período de março a maio de 2023, entre consultas com médicos especialistas e exames diversos. Também foram verificados relatórios mensais com a demanda reprimida de consultas médicas em atenção especializada, de janeiro a setembro de 2023.

Verificou-se ainda, listas de procedimentos hospitalares (cirurgias) agendados no município de Nova Lima, de março a maio de 2023, sobretudo para o Hospital Nossa Senhora de Lourdes, totalizando 402 procedimentos. Além disso, foram apresentadas listas de espera para cirurgias realizadas para o próprio território, em diversas especialidades, incluindo cirurgia geral, vascular, ginecológica e neurológica.

Constatou-se que os procedimentos realizados no próprio município são gerenciados por meio do sistema VIVER ou manualmente, no Serviço de Controle e Avaliação e que ocorre a classificação de prioridade dos casos, conforme critérios



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



estabelecidos em protocolos clínicos e de regulação do acesso. Foram verificados relatórios do sistema VIVVER, bem como processos físicos de marcação de procedimentos, que comprovam a classificação dos casos de acordo com o nível de prioridade.

Tal fato está de acordo com a Resolução de Consolidação CIT N° 1/2021, Anexo III, item 4.1.j; com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art.5º, inciso II e Art. 10, §3º, Inciso II.

Fonte da Evidência: *Relatório extraído do site da PPI/MG, da competência 08/2023. Foco de pesquisa: Origem - Nova Lima; Discriminar por: Procedimento/Município; Atendimento: Nova Lima;
*Relação de pacientes de Nova Lima agendados - ambulatorial, no próprio município, do período de março a maio de 2023;
*Relatórios mensais com a demanda reprimida de consultas médicas em atenção especializada, de janeiro a setembro de 2023;
*Listas de procedimentos hospitalares (cirurgias) agendados no município de Nova Lima, de março a maio de 2023;
*Listas de espera para cirurgias realizadas para o próprio território de Nova Lima, para população própria;
* Relatórios do sistema VIVVER verificados in loco e cópia de exemplos de fila de espera de 1ª consulta de cardiologia e de exame de ecocardiografia transtorácica;
*Processos Físicos de Solicitação/Encaminhamentos enviados pelas UBS para o DCAR, de 18/09/23.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 673192

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Documentação/Registros

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde controla a referência de seus munícipes a ser realizada em outros municípios.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se os usuários de Nova Lima são encaminhados, principalmente, para o município de Belo Horizonte, para atendimento realizados pela Programação Pactuada Integrada e por credenciamentos específicos.

Foram verificados os seguintes documentos:

- Três planilhas de controle dos procedimentos agendados em Belo Horizonte (pela PPI e com recursos próprios), bem como das demandas reprimidas, em cada mês, de janeiro a agosto de 2023, sendo elas separadas por procedimentos: consultas especializadas; exames eletivos e cirurgias eletivas;
- Uma planilha com a relação dos pacientes agendados para realização de procedimentos em outros municípios, que possui cerca de 3000 procedimentos agendados no período de março a maio de 2023, entre consultas, exames e cirurgias;
- Ofícios enviados pela SMS de Nova Lima para Coordenação de TFD de Belo Horizonte, para solicitação de autorização de AIHs, juntamente com as relações dos pacientes encaminhados para realização dos procedimentos de média e alta complexidade, de julho a setembro/2023;
- Planilha de controle das cotas de procedimentos ofertados por Belo Horizonte, pela PPI, em relação à quantidade de procedimentos utilizados (AIHs enviadas), de julho a setembro de 2023;
- Relatórios do sistema VIVVER, bem como processos físicos de marcação de procedimentos, que comprovam a classificação dos casos, com base em critérios estabelecidos em protocolos clínicos e de regulação do acesso.

Tal fato está de acordo com a Resolução de Consolidação CIT N° 1/2021, Anexo III, item 4.1.g e com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, IV.

Fonte da Evidência: *Relatório extraído do site da PPI/MG, da competência 08/2023. Foco de pesquisa: Origem - Nova Lima; Discriminar por: Município Atendimento;
*Planilhas de controle dos procedimentos agendados para Belo Horizonte e das demandas reprimidas, de janeiro a agosto de 2023: Planilha de consultas especializadas; Planilha de exames eletivos e Planilha de cirurgias eletivas;
*Planilha com a relação dos pacientes agendados para realização de procedimentos, em outros municípios, no



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



período de março a maio de 2023;

*Ofício/SEMSA/SCA/NL Nº 21/2023, de 06/07/2023; Ofício/SEMSA/SCA/NL Nº 26/2023, de 21/08/2023 e Ofício/SEMSA/SCA/NL Nº 27/2023, de 04/09/2023, juntamente com as relações dos pacientes encaminhados para realização dos procedimentos de média e alta complexidade;

*Planilha de controle das cotas de procedimentos ofertados por Belo Horizonte, pela PPI, em relação à quantidade de procedimentos utilizados (AIHs enviadas), de julho a setembro de 2023;

* Relatórios do sistema VIVVER verificados in loco e cópia de exemplos de fila de espera de 1ª consulta de cardiologia e de exame de ecocardiografia transtorácica;

*Processos Físicos de Solicitação/Encaminhamentos enviados pelas UBS para o DCAR, de 18/09/23.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 673193

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Documentação/Registros

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde garante o acesso à população referenciada por outros municípios de acordo com a PPI.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que a SMS de Nova Lima oferece consultas na Policlínica Municipal, para a população de Rio Acima e de Raposos, municípios que possuem pactuação com Nova Lima, segundos dados da PPI.

Foi apresentado um documento, com um consolidado de informações sobre os agendamentos realizados para população referenciada para Nova Lima, no qual consta um total de 98 agendamentos, sendo 78 para Rio Acima e 20 para Raposos. Esses agendamentos estão discriminados por profissional (CBO agenda), sendo 13 especialidades médicas (incluindo oftalmologista, pneumologista e otorrinolaringologista), além de fonoaudiólogo, assistente social e terapeuta ocupacional.

Também foi apresentada uma lista de usuários dos municípios referenciados para Nova Lima, em 2023, com informações sobre tipo de serviço agendado, município de residência, data da solicitação e data/hora da agenda.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Artigo 10, § 3º, Inciso V e com a Portaria de Consolidação nº 1/2017, Título I, Artigo 3º.

Fonte da Evidência: *Relatório extraído do site da PPI/MG, da competência 08/2023. Foco de pesquisa - Atendimento: Nova Lima; Discriminar por: Gestão/Município de Origem.

* Documento contendo um consolidado de informações sobre os agendamentos realizados para população referenciada para Nova Lima, sem data;

* Lista de usuários dos municípios referenciados para Nova Lima, em 2023.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 673183

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: O SCRA participa da elaboração e revisão periódica da PPI.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que ocorre revisão periódica da PPI na SMS de Nova Lima e que essa atividade fica a cargo do Sr. L.G.F., Diretor do Departamento de Finanças e Controle Interno. Segundo ele, a SMS de Nova Lima monitora regularmente as pactuações intergestores existentes, em relação à execução da produção, por meio de plataformas oficiais do Ministério da Saúde, tais como Tabwin e Tabnet. Além disso, conforme os estudos de viabilidade para ampliação dos serviços locais, são realizadas repactuações dos recursos financeiros, além de ser realizado o acompanhamento rotineiro das publicações de deliberações e/ou resoluções que venham impactar no teto da PPI municipal.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



De acordo com Relatório extraído do GERASUS-SES/MG, no período auditado, não houve remanejamentos de PPI solicitados pelo município de Nova Lima. Mas houve mudança de pacto de atendimentos de Triagem Auditiva Neonatal de Belo Vale para Nova Lima, a partir de 18/05 e 22/06/2022.

Além disso, foram verificados relatórios da PPI relacionados a Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) Auditivas, que indicam o remanejamento da microrregião de Ouro Preto para atendimento em Nova Lima, a partir de junho de 2023.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Artigo 10, § 3º, Inciso X e com o Manual Técnico Remanejamento, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Versão Julho/2022 (texto na íntegra).

Fonte da Evidência: *Declaração do Sr. L.G.F., Diretor do Departamento de Finanças e Controle Interno da SMS de Nova Lima, de 20/09/2023;

*Relatório de Remanejamento de PPI, extraído do GERASUS-SES/MG, em 11/09/2023. Unidade Regional de Saúde: Belo Horizonte, Intervalo: 01/01/2022 a 11/09/2023;

*Relatórios extraídos do site da PPI/MG, das competências 05 e 06/2023. Foco de pesquisa - Atendimento: Nova Lima; Discriminar por: Gestão/Município de Origem; Grupo: 07 - Órteses, Próteses e Materiais Especiais; Subgrupo: 0701 - Órteses, Próteses e Materiais Especiais não relacionados a ato cirúrgico; forma de organização: 070103 - OPM auditivas.

Conformidade: Conforme

Grupo: Assistência Médica e Alta Complexidade

Constatação Nº: 672381

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Recursos Humanos

Constatação: O profissional que autoriza as AIHs não cumpre os pré-requisitos previstos nas normativas do SUS.

Evidência: Verificou-se que a Sra. A.V.S.M, médica, portadora do registro no Conselho Regional de Medicina - CRM-MG nº **.102, exerce a função de Autorizadora de AIH no município. À análise dos Espelhos de AIH, do mês de julho de 2023, constatou-se que o número do Cartão Nacional de Saúde do Autorizador (***157195310***) corresponde ao da referida médica, ficando evidenciado que a mesma atua como Autorizadora de AIH da SMS.

Foi entregue o Ofício SCA/Regulação SEMSA nº 014/2023, de 12/04/2023, que informa a constituição da equipe de Supervisão/Auditoria da SMS, no qual consta o nome da referida profissional, constituindo a equipe. Ademais, foi entregue o documento: Regulação Assistencial - Divisão de Consultas e exames por profissional médico (a) regulador (a): na modalidade de consultas (incluem 1ª consultas e retornos), no qual consta o nome da Sra. A.V.S.M. exercendo a função de Regulação Médica das Cirurgias Eletivas, Supervisão Hospitalar/Auditoria in loco (nos prestadores), Apoio na Regulação de Exames e Consultas. Entretanto, não foi apresentado nenhum documento que nomeia ou designa a referida profissional para a função de Autorizadora de AIH.

Tal fato está em desacordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão jan/2017, Itens 4.3 e 4.5 - Aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º; a Resolução de Consolidação CIT Nº 1/2021, Anexo III, item 4.1.h e a Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.349/2021, Anexo Único, Inciso III.

Fonte da Evidência: * Espelhos de AIH, do Hospital Nossa Senhora de Lourdes, referentes à Competência 07/2023, extraído do Sistema de Informações Hospitalares Descentralizado - SIHD2, em 05/09/2023;

*Consulta ao CNES para Identificação de profissionais pelo C.N.S., em 20/09/2023;

*Ofício SCA/Regulação SEMSA nº 014/2023, de 12/04/2023;

*Documento do DCAR: Regulação Assistencial - Divisão de Consultas e exames por profissional médico (a) regulador (a): na modalidade de consultas (incluem 1ª consultas e retornos), de 07/06/2023;

*Termo de Entrevista da Sra. F.C.P.A., Diretora do Departamento de Controle, Avaliação e Regulação de Nova Lima, de 20/09/23.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1: Por meio do Ofício SEMSA: 391/2023, datado de 21/12/2023, a Sra. A.N.F.A. (representante legal da Secretaria



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Municipal de Saúde de Nova Lima) se manifestou da seguinte forma:

Ação Corretiva: Elaborada minuta de portaria visando designar o médico auditor para função de Autorizador de AIH no âmbito do SUS, que está sob análise da gestão municipal.

2: A Sra. A.N.F.A. e os Srs. G.G.R. e D.G.H. (pessoas físicas) não apresentaram justificativas.

Análise da Justificativa: Em sua manifestação, o auditado informou que a elaboração de uma minuta de portaria que irá designar o Autorizador de AIH encontra-se em fase de análise pela gestão municipal, sendo sua efetivação a posteriori. Entretanto, não foi apresentada a minuta da portaria, demonstrando que a correção da não conformidade encontra-se em curso.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	22.934.889/0001-17

Recomendação: Realizar a designação formal do(s) profissional(is) autorizador(es) de AIH do município, conforme previsto no Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão jan/2017, Itens 4.3 e 4.5 - Aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º; na Resolução de Consolidação CIT N° 1/2021, Anexo III, item 4.1.h e na Deliberação CIB-SUS/MG N° 3.349/2021, Anexo Único, Inciso III.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	22.934.889/0001-17

Grupo: Regulação

Constatação N°: 673035

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Documentação/Registros

Constatação: Não existe profissional de Nível Superior da Área da Saúde formalmente designado para autorização de APAC.

Evidência: Durante a auditoria, não foi apresentado nenhum ato formal de designação de profissional de Nível Superior da Área da Saúde para autorização de APAC no município de Nova Lima.

Foram entregues as Sínteses de Produção de APAC, além de Laudos de solicitação/autorização de APAC, referentes a Tratamento Dialítico Peritonial e Hemodiálise, emitidos pelo Hospital Nossa Senhora de Lourdes, em 2023, sendo constatado que as autorizações das APAC foram realizadas pelas Sras: F.C.E.H. (CNS: ***016004630***); F.C.F.C. (CNS: ***311655180***) e F.G.A.M. (CNS: ***803000065***). As Sras. F.C.E.H. e F.G.A.M. são profissionais médicas, designadas como Auditoras/Supervisoras Hospitalares da SMS de Nova Lima, por meio do Ofício SCA/Regulação SEMSA-Nova Lima nº 014/2023, de 12 de abril de 2023. Já a Sra. F.C.F.C. possui vínculo com a SMS de Nova Lima, cadastrado no CNES, como médica pediatra e sanitarista.

Também foram verificadas Sínteses de Produção de APAC de órteses, próteses e materiais especiais (OPM), além de laudos físicos para emissão de APAC, da Fundação de Atendimento Especializado de Nova Lima (FAENOL), de 2023, sendo constatado que as APAC de deficiência auditiva foram autorizadas pela Sra. I.C.S.G. (CNS: ***016283471***), fonoaudióloga, vinculada à Junta Reguladora de Cuidados à Pessoa com Deficiência do SUS. Verificou-se ainda que as



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



APAC de deficiência física, de julho de 2023, foram autorizadas pela Sra. D.B.M., terapeuta ocupacional da SMS de Nova Lima (CNS ***002893532***) e que as APAC de deficiência física dos meses de março, abril, maio e julho de 2023 foram autorizadas pela Sra. M.S.M. (CNS: ***206093834***), profissional cadastrada no CNES, como assistente administrativo e não como profissional de nível superior da área da saúde.

A Sra. F.C.P.A., Diretora do Departamento de Controle e Avaliação, confirmou em entrevista que não existe ato formal de designação dos profissionais autorizadores de APAC do município.

Tal fato está em desacordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/SUS, versão de março/2010, Item 6.2.1, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, art. 1º e 2º; com a Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021, Anexo III, item 4.1.h e com a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.349/2021, Anexo Único, Inciso III.

Fonte da Evidência: * Sínteses de Produção do APAC, extraídas do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA-SUS), referentes à SMS de Nova Lima, das competências de março, abril e maio de 2023;

* Amostra de 10 laudos físicos de solicitação/autorização de APAC de Tratamentos Dialíticos executados pela Fundação Hospitalar Nossa Senhora de Lourdes, autorizados em janeiro e fevereiro, por F.C.E.H. e em julho de 2023, por F.G.A.M.;

* Ofício SCA/Regulação SEMSA - Nova Lima nº 014/2023, de 12 de abril de 2023, que designa e formaliza a equipe de Auditoria/Supervisão Hospitalar da SMS de Nova Lima;

* Amostra de 10 laudos físicos para emissão de APAC de Deficiência Auditiva, da Fundação de Atendimento Especializado de Nova Lima - CER III, autorizados em maio, junho e julho de 2023, por I.C.S.G.;

* Requerimento para oficialização da Junta Reguladora de Cuidados à Pessoa com Deficiência do SUS-MG, do município de Nova Lima, sem data;

* Amostra de 8 laudos físicos de para emissão de APAC de Deficiência Física, da Fundação de Atendimento Especializado de Nova Lima - CER III, autorizados em julho de 2023, por D.B.M.;

* Amostra de 9 laudos físicos de para emissão de APAC de Deficiência Física, da Fundação de Atendimento Especializado de Nova Lima - CER III, autorizados em maio e julho de 2023, por M.S.M.;

* Termo de Entrevista da Sra. F.C.P.A., Diretora do Departamento de Controle, Avaliação e Regulação de Nova Lima, de 20/09/23.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1: Por meio do Ofício SEMSA: 391/2023, datado de 21/12/2023, a Sra. A.N.F.A. (representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima) se manifestou da seguinte forma:

Ação corretiva: elaborada a portaria SEMSA xxxx, designando os profissionais autorizadores de APAC do município.

2: A Sra. A.N.F.A. e os Srs. G.G.R. e D.G.H. (pessoas físicas) não apresentaram justificativas.

Análise da Justificativa: Em sua manifestação, o auditado afirmou que elaborou uma portaria designando os profissionais autorizadores de APAC do município; entretanto, não apresentou tal documento.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	22.934.889/0001-17

Recomendação: Realizar a designação formal de profissional(is) de Nível Superior da Área da Saúde para autorização de APAC,



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



conforme previsto no Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/SUS, versão de março/2010, Item 6.2.1, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, art. 1º e 2º; na Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021, Anexo III, item 4.1.h e na Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.349/2021, Anexo Único, Inciso III.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	22.934.889/0001-17

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 672382

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Faturamento/Produção/Cobranças SUS

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde monitora, fiscaliza e avalia a execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos, por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que a SMS de Nova Lima monitora, fiscaliza e avalia a execução de procedimentos realizados nos estabelecimentos, por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial. Verificou-se que essas ações são realizadas, em grande parte, pelas profissionais que compõem a Equipe de Supervisão Hospitalar/Auditoria do município. Dentre elas, destaca-se:

- Realizam conferência de 100% dos prontuários SUS do Hospital Nossa Senhora de Lourdes e das consultas eletivas pré-cirúrgicas realizadas no Hospital. Também conferem as contas dos prestadores hospitalares credenciados (Hospital Vila da Serra e Hospital Evangélico), para verificar se os procedimentos realizados estão de acordo com os procedimentos cobrados ao SUS. Depois da conferência dos prontuários in loco, geram relatórios com informações sobre o valor apresentado, o valor a pagar e as glosas apuradas. Ademais, fazem um detalhamento da conta hospitalar, com especificação dos valores gastos com diárias, honorários médicos, medicamentos, materiais, OPME, etc.;
- Verificam se os prontuários estão preenchidos e organizados de acordo com as normas previstas pelo SUS. Para tanto, utilizam um formulário próprio;
- Após processamento dos dados no SIHD é gerado um relatório de inconsistências e, se necessário, realizam nova conferência dos prontuários, para verificar se é o caso de liberar ou não a inconsistência;
- Realizam visitas técnicas para avaliação de prestadores que pleiteiam ser credenciados pelo município, para avaliar a estrutura e a qualidade dos serviços prestados e verificar se os mesmos estão aptos ao credenciamento;
- Elaboraram um relatório sobre o serviço de nefrologia, com o objetivo de estruturar a regulação e a supervisão hospitalar ambulatorial das APAC, referentes ao serviço de hemodiálise do Hospital Nossa Senhora de Lourdes.

Verificou-se que mensalmente é elaborado um Relatório, contendo informações sobre os procedimentos realizados e a demanda reprimida, para que seja apresentado pela Diretora do DCAR em reunião do Conselho Municipal de Saúde (CMS). Foi entregue o relatório apresentado ao CMS, em 18/01/2023.

Tal fato está de acordo com a Resolução de Consolidação CIT Nº 1/2021, Anexo III, item 4.1.n; a Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.349, de 17 de março de 2021, Anexo Único, Inciso VI; a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, Inciso VI e VIII, Art. 10, §3º, Inciso XI.

Fonte da Evidência: *Planilhas/Relatórios resultantes da conferência do serviço realizadas pela equipe da Supervisão Hospitalar in loco e revisão técnica administrativa, do Hospital Nossa Senhora de Lourdes. Faturas do período de atendimento de dezembro/2022, janeiro/2023, março a julho/2023;

*Planilhas/Relatórios resultantes da conferência do serviço realizadas pela equipe da Supervisão Hospitalar in loco e revisão técnica administrativa, do Hospital Vila da Serra. Faturas do período de atendimento de março a julho de 2023;

*Planilhas/Relatórios resultantes da conferência do serviço realizadas pela equipe da Supervisão Hospitalar in loco e revisão técnica administrativa, do Hospital Evangélico de Belo Horizonte. Faturas de oftalmologia - de agosto a novembro/2022 e de janeiro a setembro/2023 e Faturas Hospitalares - de outubro a dezembro/2022 e janeiro a agosto/2023;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



*Modelo do check list para conferência documental de prontuários da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima, Departamento de Controle Regulação e Avaliação, Supervisão Hospitalar do SUS;

* Formulários preenchidos referentes à apuração de inconsistências do faturamento das AIHS do SUS, da Fundação Hospitalar Nossa Senhora de Lourdes, das competências 02, 04, 05, 07, 09, 10 e 12/2022 e 01 a 05 e 07/2023;

*Relatórios de 15 visitas técnicas, com Parecer, referentes ao Edital de Credenciamento de exames de imagem nº 018/2022, de janeiro, março, abril e junho de 2023;

*Relatórios de Supervisão Hospitalar SUS, para organização e funcionamento do Cuidado a Pessoa com Doença Renal Crônica do SUS - Análise da Rede de Atenção a Saúde - do Município de Nova Lima - Julho de 2023;

*Relatórios analíticos de demanda realizada, demanda reprimida e produtividade apresentados ao CMS, em reunião de 18/01/2023;

*Termo de Entrevista da Sra. F.C.P.A., Diretora do Departamento de Controle, Avaliação e Regulação de Nova Lima, de 20/09/23;

*Termo de Entrevista das Sras. F.F.S.P. e A.L.C.S., Auditoras/Supervisoras Hospitalares, de 19/09/2023.

Conformidade: Conforme

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 672383

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Normas/Rotinas/Protocolos/Comissões Internas

Constatação: Não existe Comissão de Acompanhamento da Contratualização, com representantes da SMS e do Hospital contratualizado (Hospital Nossa Senhora de Lourdes).

Evidência: Durante a auditoria, não foi apresentado Decreto ou Portaria, que nomeia membros para compor uma Comissão de Acompanhamento da Contratualização do Hospital Nossa Senhora de Lourdes e que tenha sido objeto de publicação no Diário Oficial do município de Nova Lima - MG ou equivalente, conforme preconizado em legislação.

Além disso, não foram apresentados à equipe de auditoria documentos como atas de reuniões, relatórios de visitas, relatórios analíticos da execução e de indicadores, Pareceres e/ou Relatórios emitidos pelos Profissionais Autorizadores, relatórios quadrimestrais conforme contrato, dentre outros documentos que demonstrem o acompanhamento da Contratualização do Hospital Nossa Senhora de Lourdes de Nova Lima.

Em entrevista, a Sra. F.C.P.A, Diretora do DCAR, confirmou-se que não existe uma Comissão de Acompanhamento da Contratualização, formalmente instituída, com representante da SMS e do Hospital Nossa Senhora de Lourdes.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Cap. II, Art. 5º, Inciso VII e Cap. V, Seção IV, Art. 32, Caput, § 1º, incisos I a III e §2º.

Fonte da Evidência: *Termo de Entrevista da Sra. F.C.P.A., Diretora do Departamento de Controle, Avaliação e Regulação de Nova Lima, de 20/09/23;

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1: Por meio do Ofício SEMSA: 391/2023, datado de 21/12/2023, a Sra. A.N.F.A. (representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima) se manifestou da seguinte forma:

Defesa: Os gestores municipais, em conjunto com o departamento de controle, avaliação, regulação e auditoria definem os serviços a serem contratualizados com o ente privado e fazem mensalmente acompanhamento das metas quantitativas a serem cumpridas e dos valores devidos conforme produção. O acompanhamento das metas qualitativas, apesar de ser realizado pela equipe de supervisão/auditoria hospitalar, não são devidamente registrados e notificados ao prestador de serviços.

Ação Corretiva: Instituída a Comissão de Acompanhamento da Contratualização conforme a Portaria SEMSA XXXX, a ser publicada em página oficial do Município, bem como estipulado periodicidade das reuniões e atribuições da Comissão.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



2: A Sra. A.N.F.A. e os Srs. G.G.R. e D.G.H. (pessoas físicas) não apresentaram justificativas.

Análise da Justificativa: Em sua manifestação, o auditado informou que foi instituída a Comissão de Acompanhamento da Contratualização, conforme a Portaria SEMSA XXXX, a ser publicada em página oficial do Município. Entretanto não apresentou a cópia da Portaria citada.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	22.934.889/0001-17

Recomendação: Instituir Comissão de Acompanhamento da Contratualização com representante da SMS e do hospital contratualizado, por meio de ato formal (como Portaria ou Decreto) a ser publicado em página oficial do município, além de garantir a realização das atividades próprias dessa Comissão, conforme previsto na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Cap. II, Art. 5º, Inciso VII e Cap. V, Seção IV, Art. 32, Caput, § 1º, incisos I a III e §2º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	22.934.889/0001-17

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 672384

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Normas/Rotinas/Protocolos/Comissões Internas

Constatação: Não existe Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde.

Evidência: Durante a auditoria, não foi apresentado ato de nomeação da Comissão Municipal responsável pelo TFD que, de acordo com a legislação, deve ser composta por um profissional Médico, um Assistente Social, um Funcionário Administrativo e pelo Gestor de Saúde. Ademais, não foram apresentados pareceres ou relatórios feitos por uma Comissão para avaliação das solicitações entregues no setor de TFD do município, antes de realizar os encaminhamentos dos usuários para tratamento fora do domicílio.

Em entrevista com a Sra. F.C.P.A., Diretora do DCAR, verificou-se que não existe Comissão Municipal responsável pelo TFD, formalmente constituída, nomeada e atuante.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 1/2022, Art. 140; a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 6º, Caput e § 4º.

Fonte da Evidência: *Termo de Entrevista da Sra. F.C.P.A., Diretora do Departamento de Controle, Avaliação e Regulação de Nova Lima, de 20/09/23.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1: Por meio do Ofício SEMSA: 391/2023, datado de 21/12/2023, a Sra. A.N.F.A. (representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima) se manifestou da seguinte forma:
Ação Corretiva: Instituída Comissão conforme Portaria SEMSA XXXX e elaborado regimento.

2: A Sra. A.N.F.A. e os Srs. G.G.R. e D.G.H. (pessoas físicas) não apresentaram justificativas.

Análise da Justificativa: Em sua manifestação, o auditado afirmou que foi instituída a Comissão Municipal responsável pelo TFD, por



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



meio de Portaria, entretanto não apresentou o referido documento.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	22.934.889/0001-17

Recomendação: Instituir a Comissão Municipal responsável pelo TFD, formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde, além de garantir a realização das atividades próprias dessa Comissão, conforme previsto na Portaria de Consolidação nº 1/2022, Art. 140; na Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 6º, Caput e § 4º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	22.934.889/0001-17

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 673095

Subgrupo: Centrais de Regulação

Item: Recursos Financeiros

Constatação: Os processos de pagamento do TFD foram concedidos exclusivamente a pacientes atendidos na rede pública e conveniada/contratada pelo SUS conforme legislação.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que 3 (três) pacientes estão atualmente em tratamento fora do domicílio, com direito a receber recursos financeiros a título de ajuda de custo de TFD. Foram analisados os processos de pagamentos do TFD concedidos a esses pacientes, referentes ao período de março a maio de 2023, que demonstraram a concessão do benefício apenas aos usuários do SUS.

Trata-se do usuário B.H.T.M. e seu acompanhante, que realizaram viagem a São Paulo/SP para tratamento para transplante pulmonar; do usuário J.C.S.S., que realizou viagem a São Paulo/SP para tratamento em Oncologia e do usuário P.G.T.R. e seu acompanhante, que realizaram viagem a Bauru-SP para tratamento de reabilitação em anomalias craniofaciais.

Ressalta-se que em todos os casos, a concessão se deu conforme os parâmetros e os dispositivos da legislação do SUS.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº1/2022, Art. 135, §2º e Art. 138; com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 6º, caput e § 4º e com o Manual de Procedimentos de TFD da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais.

Fonte da Evidência: *Processos de pagamento (notas de empenho, documentos pessoais, comprovantes, extratos bancários) de ajudas de custo concedidas aos pacientes do TFD: B.H.T.M., J.C.S.S., P.G.T.R. e seus respectivos acompanhantes, dos meses de março a maio de 2023;

*Lista de usuários cadastrados no TFD, nos anos de 2022 e 2023;

*Cadastros dos usuários B.H.T.M., J.C.S.S. e P.G.T.R. em tratamento fora do domicílio: autorização da SMS, documentos pessoais, relatório da unidade de saúde, comprovantes de agendamento.

Conformidade: Conforme



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 673146

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: O Fundo Municipal de Saúde (FMS) constitui-se em Unidade Orçamentária e Gestora dos recursos.

Evidência: Através da análise dos documentos apresentados pela SMS de Nova Lima: Leis Orçamentárias Anuais do município para os exercícios de 2022 e 2023, Quadros Demonstrativos das Despesas (QDD) referentes ao mesmo período, amostragem de Notas de Empenhos (N.E) contendo detalhamento e regularidade da classificação orçamentária, Lei Municipal N.º 1304 A/91, que institui o Fundo Municipal de Saúde de Nova Lima e dá outras providências, bem como a situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 11.181.004/0001-30, averiguou-se que o Fundo Municipal de Saúde (FMS), constitui-se em Unidade Orçamentária e Gestora dos Recursos Financeiros do SUS com natureza jurídica nº 133-3 (Fundo Público da Administração Direta Municipal).

Tal fato está de acordo com a Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 14.

Fonte da Evidência: *Lei Orçamentária Anual para o ano de 2022 (Lei Municipal nº 2.895/2022);

*Lei Orçamentária Anual para o ano de 2023 (Lei Municipal nº 2.968/2023);

*Quadros Demonstrativos das Despesas (QDD) para os anos de 2022 e 2023;

*Cópias de notas de empenhos, referentes ao período de março a maio de 2023;

*Lei Municipal N.º 1304 A/91;

*Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 11.181.004/0001-30, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, extraído em 16/08/2023 (Site: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp).

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 673149

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento

Constatação: Os recursos financeiros da contrapartida municipal não são movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do FMS.

Evidência: Em análise documental da relação de contas do Fundo Municipal de Saúde, bem como do contrato para solicitação de abertura da conta corrente de contrapartida municipal dos recursos da saúde, verificou-se que a referida conta (conta corrente nº 20.241-X, Ag. 2350-7, Banco do Brasil) está vinculada ao CNPJ da Prefeitura Municipal de Nova Lima (CNPJ nº 22.934.899/0001-17) e não ao CNPJ do Fundo Municipal de Saúde (CNPJ nº 11.181.004/0001-30).

Ademais, verificou-se, por meio dos Extratos bancários, que a movimentação dos recursos da contrapartida municipal da saúde não é realizada em conta vinculada ao CNPJ do FMS e sim ao CNPJ da Prefeitura Municipal de Nova Lima.

Tal fato está em desacordo com a Lei Complementar nº 141, Artigo 2, Parágrafo único.

Fonte da Evidência: *Relação de contas do FMS de Nova Lima;

*Contrato de abertura da conta corrente 20.241-X, Ag. 2350-7, expedido pelo Banco do Brasil, em 12/06/2007;

*Ficha cadastral do CNPJ do FMS, extraído em 16/08/2023, no site: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp;

*Ficha cadastral do CNPJ da Prefeitura Municipal de Nova Lima, extraído em 16/08/2023, no site: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp;

*Extratos da conta corrente nº 20.241-X, do período de janeiro a maio de 2023.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1: Por meio do Ofício SEMSA: 391/2023, datado de 21/12/2023, a Sra. A.N.F.A. (representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima) se manifestou da seguinte forma: A conta corrente vinculada já foi devidamente aberta, conforme comprovante anexo.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Em anexo, foi enviado o Contrato para abertura de conta corrente no Banco do Brasil, datado de 05/12/2023.

2: A Sra. A.N.F.A. e os Srs. G.G.R. e D.G.H. (pessoas físicas) não apresentaram justificativas.

Análise da Justificativa: Em sua manifestação, o auditado apresentou documento comprobatório da abertura de conta corrente específica para movimentação dos recursos financeiros da contrapartida municipal, a qual se encontra vinculada ao CNPJ do FMS de Nova Lima. Entretanto o auditado não demonstrou que os recursos já estão sendo movimentos na conta vinculada ao CNPJ do FMS. Ou seja, a abertura da conta, por si, não pode fazer presumir que a movimentação dos recursos financeiros da contrapartida municipal também esteja conforme.

Avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas foram parcialmente acatadas, não sendo suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	22.934.889/0001-17

Recomendação: Garantir que os recursos financeiros da contrapartida municipal sejam movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do FMS, conforme previsto na Lei Complementar nº 141, Artigo 2, Parágrafo único.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	22.934.889/0001-17

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 673150

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento

Constatação: O Gestor Municipal de Saúde ordena as despesas do FMS de Nova Lima.

Evidência: Em análise documental, verificou-se que a Lei que cria o FMS (Lei 1304 A, de 31/10/1991) em seu art. 2º define que a Administração do Fundo compete ao dirigente da SMS. O Decreto Municipal nº 3.319/2009, de 07/10/2009, ratifica em seu art. 5º tal atribuição, e a Lei Municipal nº 2.973/23, em seu artigo 8º, define que são ordenadores de despesas os Secretários Municipais. Verificou-se ainda, que a atual Gestora de Saúde de Nova Lima foi nomeada para o cargo, por meio do Decreto Municipal nº 13.303, de 26/04/2023.

Ao analisar uma amostra de notas de empenho, referente ao período de março a maio de 2023, verificou-se que os gestores de saúde têm assinado como ordenadores de despesas do fundo municipal de saúde, conforme preconizado em legislação.

Tal fato está de acordo com o Decreto Estadual nº 37.924, de 16/05/1996, Art.21; com o Decreto-Lei nº 200/1967, art. 80, § 1º; com a IN/DTN nº 10/91 e com a Lei Federal nº 8.080/90, art. 9º e art. 32, § 2º

Fonte da Evidência: *Lei Municipal nº 1304 A, de 31/10/1991;

*Decreto Municipal nº 3.319/2009, de 07/10/2009;

*Lei Municipal nº 2.973, de 23/03/2023;

*Decreto Municipal nº 13.303, de 26/04/2023;

*Cópias de Notas de empenho, referentes ao período de março a maio de 2023.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 673151

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento

Constatação: As autorizações de pagamento do FMS são realizadas pelo gestor municipal de saúde.

Evidência: Ao proceder à análise de uma amostra de notas de empenhos, referente ao período de março a maio de 2023, verificou-se que a gestora de saúde de Nova Lima tem autorizado os pagamentos.

Tal fato está de acordo com o Decreto Estadual nº 37.924, de 16/05/1996, Art. 21 e a Lei Federal nº 8.080/90, Art. 9º e Art. 32, parágrafo 2º.

Fonte da Evidência: *Cópias de Notas de empenho, referentes ao período de março a maio de 2023.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 672963

Subgrupo: Convênios

Item: Formalização

Constatação: Os convênios firmados com o Hospital Nossa Senhora de Lourdes dispõem das cláusulas e condições exigidas em legislação.

Evidência: Em análise documental e diligências realizadas, evidenciou-se que a Administração Pública do Município de Nova Lima celebrou convênios com o Hospital Nossa Senhora de Lourdes, no período de abrangência da auditoria, para aquisição de serviços de saúde de assistência médico-hospitalar. Foram verificados os seguintes instrumentos jurídicos:

- Termo de Convênio 01/2022, de 03/01/2022, com o 1º termo aditivo prorrogando o prazo de validade, com vigência até 31/12/2023 e reajustando em 5,82% o montante global do convênio. Tem como objeto, de forma geral, a prestação de ações e serviços de saúde que contemplam a atenção ambulatorial e hospitalar no âmbito do SUS de Nova Lima e refere-se principalmente aos recursos financeiros da média/alta complexidade e incentivos hospitalares (recursos federais). Dispõe de todas as cláusulas e dispositivos exigidos pela legislação em vigor, possuindo inclusive um Plano Operativo Assistencial, contendo metas quantitativas e qualitativas.

- Termo de Convênio 07/2022, de 21/10/2022, vigente até 23/09/2023, com Termo Aditivo nº 001/2023, para reajuste a partir do mês de maio/2023, de 3.01% no valor do repasse de recursos financeiros. Este Convênio tem como objeto, de forma geral, a prestação de ações e serviços de saúde, que contemplam a atenção ambulatorial e hospitalar no âmbito do SUS. Dispõe de todas as cláusulas e dispositivos exigidos pela legislação em vigor, possuindo inclusive um Plano Operativo Assistencial, contendo metas quantitativas e qualitativas. Refere-se principalmente a recursos da contrapartida municipal.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação Nº 01/2017, Artigos 130 ao 142; com a Portaria de Consolidação Nº 02/2017, Anexo XXIV, Capítulo III, Art. 32 § 1º, artigos 34, 35 e 36; com a Lei nº 14.133/2021, Art. 190 e 191 e com a Lei 8666/1993, Art.54, parágrafo 1º, Art. 55.

Fonte da Evidência: *Cópia Termo de Convênio nº 01/2022, de 03/01/2022;

*Cópia Termo de Convênio nº 07/2022, de 21/10/2022;

*Cópia Primeiro Termo Aditivo do Convênio nº 01/2022, de 18/10/2022;

*Cópia Primeiro Termo Aditivo do Convênio nº 07/2022, de 26/04/2023.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 674401

Subgrupo: Convênios



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Item: Formalização

Constatação: Os Termos de Adesão nº 002/2018 e nº 003/2018 assinados pelos respectivos prestadores hospitalares, Hospital Vila da Serra e Hospital Evangélico, dispõem das cláusulas e condições exigidas em legislação.

Evidência: Em análise documental e informações coletadas, a Administração Pública do Município de Nova Lima informou que realizou no ano de 2018 o Processo Administrativo Licitatório nº 153/2018 - Edital de Credenciamento nº 05/2018 - Inexigibilidade de Licitação nº 18/2018 - na modalidade de credenciamento de serviços médicos, hospitalares, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, para complementar os serviços de saúde disponibilizados aos usuários do SUS.

Importante salientar que o Procedimento supracitado não foi fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima à equipe, mesmo tendo sido solicitado previamente e depois pactuado formalmente no Termo de Auditoria um prazo para sua entrega.

Os documentos que formalizaram o credenciado junto à Administração Pública Municipal, frutos destes credenciamentos, lhes outorgando direitos e deveres, denominam-se Termos de Adesão, os quais foram celebrados com a SMS de Nova Lima, sendo que, aqueles que foram fornecidos para a Equipe de Auditoria estão discriminados abaixo:

- Termo de Adesão nº 002/2018 - Instituto Materno Infantil de Minas Gerais - Hospital Vila da Serra - CNPJ xx.067.xxx/0001-xx: Credenciado para Execução de Exames Ambulatoriais e Hospitalares, Cirurgias Eletivas Gerais, Internações Hospitalares e Tratamento de Escleroterapia com Espuma Densa. Data de assinatura do Termo de Adesão: 08/04/2019.

- Termo de Adesão nº 003/2018 - Associação Evangélica Beneficente de Minas Gerais - Hospital Evangélico - CNPJ xx.214.xxx/0001-xx: Credenciado para Execução de Exames Ambulatoriais e Hospitalares, Cirurgias Eletivas Gerais, Internações Hospitalares e Tratamento de Escleroterapia com Espuma Densa. Data de assinatura do Termo de Adesão: 08/04/2019.

Avaliando-se ambos os Termos de Adesão, constatou-se que dispõem de todas as cláusulas e dispositivos exigidos pela legislação em vigor, possuindo entre outros dispositivos, condições para prestação dos serviços, valor e condições para pagamento, condições para o descredenciamento e sanções em caso de inadimplemento.

Ressalta-se que a avaliação restringiu-se à verificação dos Termos de Adesão (002/2018 e 003/2018) fornecidos pela SMS Nova Lima e limitou-se à análise da constituição formal dos mesmos, sendo dificultado uma análise mais aprofundada e maiores detalhamentos em virtude do não fornecimento, por parte da SMS, do Procedimento Licitatório supracitado e também de não identificarmos o mesmo no Portal da Transparência Municipal.

Reitera-se que foi informado pela SMS que o credenciamento ainda se encontrava vigente no período da Auditoria, porém com a insuficiência documental não foi possível avaliar o prazo de vigência do respectivo procedimento e se os termos ainda se encontravam vigentes.

Tal fato está de acordo (por analogia Termo de Adesão a Contrato) com a Portaria de Consolidação Nº 01/2017, Artigos 130 ao 142; com a Portaria de Consolidação Nº 02/2017, Anexo XXIV, Capítulo III, Art. 32 § 1º, artigos 34, 35 e 36; com a Lei nº 14.133/2021, Art. 190 e 191 e com a Lei 8666/1993, Art.54, parágrafo 1º, Art. 55.

Fonte da Evidência: *Termo de Adesão nº 002/2018 - Instituto Materno Infantil de Minas Gerais - Hospital Vila da Serra - CNPJ xx.067.xxx/0001-xx, assinado em 08/04/2019;

*Termo de Adesão nº 003/2018 - Associação Evangélica Beneficente de Minas Gerais - Hospital Evangélico - CNPJ xx.214.xxx/0001-xx, assinado em 08/04/2019;

*Termo de Auditoria nº 004/2023, de 21/09/2023.

Conformidade: Conforme



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 672965

Subgrupo: Licitação

Item: Procedimento

Constatação: Ausência dos procedimentos licitatórios para contratação dos prestadores hospitalares de Serviços ao SUS.

Evidência: Os processos licitatórios, referentes aos contratos e/ou convênios formalizados com os prestadores de serviços hospitalares, foram solicitados previamente ao auditado, por meio do Ofício SES/AUDSUS nº 502/2023, datado de 21/08/2023 (Comunicado de auditoria).

Na fase operativa, a Equipe evidenciou que a Administração Pública do Município de Nova Lima celebrou convênios com a Fundação Hospitalar Nossa Senhora de Lourdes - CNES 2117037, no período de abrangência da auditoria, para aquisição de serviços de saúde de assistência médico-hospitalar. A equipe também verificou a citação em alguns documentos, de que os procedimentos licitatórios que precederam as contratações foram os seguintes:

- Procedimento Licitatório - Convênio 001/2022;
- Procedimento Licitatório - Convênio 007/2022.

De forma complementar, a SMS de Nova Lima procedeu ao credenciamento de mais duas unidades hospitalares, para prestação de serviços de saúde aos usuários do SUS, sendo eles o Hospital Vila da Serra e o Hospital Evangélico. Esses credenciamentos foram formalizados, respectivamente por meio dos Termos de Adesão nº 002/2018 e nº 003/2018, assinados em 08/04/2019. Os documentos referentes à licitação dessas contratações/credenciamentos seriam os relacionados ao Procedimento Licitatório - Credenciamento nº 05/2018.

Durante a auditoria operativa, a Equipe de auditoria novamente ratificou a necessidade de fornecimento de tais processos licitatórios e pactuou com o auditado, por meio do Termo de Auditoria, a entrega dos documentos no prazo de 5 dias úteis.

No entanto, até a finalização do Relatório Preliminar, os procedimentos licitatórios supracitados não foram entregues à Equipe de Auditoria.

Tal fato está em desacordo com o Decreto Federal nº 1651/1995, Art. 11; com a Lei 8666/93, Art. 2º e com a Constituição Federal de 1988, Art. 37, Inciso XXI.

Fonte da Evidência: - Ofício SES/AUDSUS nº 502/2023, datado de 21/08/2023 e Anexo I;
- Cópia Termo de Convênio nº 01/2022, de 03/01/2022;
- Cópia Termo de Convênio nº 07/2022, de 21/10/2022;
- Cópia Edital de Credenciamento nº 005/2018;
- Termo de Adesão nº 002/2018 - Instituto Materno Infantil de Minas Gerais - Hospital Vila da Serra - CNPJ xx.067.xxx/0001-xx, assinado em 08/04/2019;
- Termo de Adesão nº 003/2018 - Associação Evangélica Beneficente de Minas Gerais - Hospital Evangélico - CNPJ xx.214.xxx/0001-xx, assinado em 08/04/2019;
- Termo de Auditoria nº 004/2023, datado de 21/09/2023.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1: Por meio do Ofício SEMSA: 391/2023, datado de 21/12/2023, a Sra. A.N.F.A. (representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima) se manifestou da seguinte forma:

Os editais 001/2017 e 005/2018 publicados pela Secretaria Municipal de Saúde no Portal da Transparência da Prefeitura de Nova Lima, estabelecem as condições para o credenciamento de prestadores de serviços de saúde em complementariedade ao Sistema Único de Saúde (SUS). Nestes editais estão detalhados os critérios e requisitos necessários para que instituições ou profissionais de saúde sejam credenciados a oferecer serviços que complementem o atendimento prestado pelo SUS, ampliando o acesso e a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população, conforme links abaixo:



<https://novalima.mg.gov.br/portal-transparencia/editais/visualizar/1955>

<https://novalima.mg.gov.br/portal-transparencia/editais/visualizar/4082>

Nestes processos foram habilitados e credenciados os seguintes prestadores de serviços: Fundação Hospitalar Nossa Senhora de Lourdes, Hospital Materno Infantil Vila da Serra e a Associação Evangélica Beneficente de Minas Gerais, mediante termos de adesão já apresentados.

Desta forma, comprova-se a execução de toda a fase externa deste processo licitatório.

Quanto à avaliação da conformidade das fases internas do processo de contratação, não foi possível apresentar à equipe de auditoria a integralidade dos processos, uma vez que toda a documentação física que estava arquivada no Arquivo Municipal localizado na região do bairro Honório Bicalho foi destruída, assim como várias outras documentações, durante as inundações e deslizamentos que culminaram em situação de emergência decretada em janeiro de 2022.

<https://novalima.mg.gov.br/legislacoes/visualizar/13068>

2: A Sra. A.N.F.A. e os Srs. G.G.R. e D.G.H. (pessoas físicas) não apresentaram justificativas.

Análise da Justificativa: O auditado, em sua manifestação, alegou em síntese que, por meio dos Editais 001/2017 e 005/2018 foram ratificados os pré-requisitos e as condições para o credenciamento de prestadores de serviços de saúde para o SUS municipal. Encaminhou inclusive link contendo os referidos Editais de Credenciamento. Acrescentou que, por motivos de ordem climática, relacionados às tempestades e consequentemente inundações e deslizamentos ocorridos no ano de 2022, houve perda de parte das documentações da Administração Pública Municipal, inclusive os Procedimentos Licitatórios dos credenciamentos supracitados. O auditado também apresentou link do Decreto de Emergência nº 11.985, de 09 de janeiro de 2022.

Não obstante à compreensão da Equipe de Auditoria que fatos como o ocorrido, decorrentes de desastres naturais, possam acarretar, além de inúmeras consequências sociais, a perda de documentação física por parte da Administração Pública Municipal. É imperioso salientar que a guarda e conservação de documentos públicos é de responsabilidade dos órgãos e entidades públicas, conforme disposto inclusive na CF de 1988 em seu art. 216, § 2º.

A Equipe entende que nos tempos atuais existem diversas opções de guarda de documentação disponíveis, inclusive um aparato tecnológico considerável, como dispositivos eletrônicos, mídias digitais, sistemas de armazenamento online (nuvem) e portais eletrônicos, como o Portal da Transparência Municipal. Não parece razoável alegar a perda da documentação supracitada.

A apresentação da documentação (Processos Licitatórios) possibilitaria a verificação dos ritos processuais dos procedimentos licitatórios e da documentação interna dos mesmos, o que é de suma importância para assegurar a legalidade e legitimidade dos atos administrativos, no intuito de assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inibindo desvios e não conformidades.

Tal análise não pôde ser efetivada em virtude da não apresentação da documentação solicitada, comprometendo a transparência da Administração Pública.

Além disso, não foram apresentados documentos que comprovem a perda da documentação alegada pelo auditado, como por exemplo, um boletim de ocorrência.

Os links registrados na defesa do auditado apenas demonstram os Editais que a Equipe já possuía e o decreto de emergência que se refere, de forma geral, às ações para minimizar os impactos da inundação que ocorreu



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



no município.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentados elementos suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado e encaminhamento ao Ministério Público Estadual, em razão do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 art. 169, § 3º, inciso II e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em razão do disposto na Lei Complementar Estadual nº 102/2008, art.3º, inciso XVI.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	22.934.889/0001-17

Recomendação: Assegurar a adequada guarda e conservação de documentos públicos (processos licitatórios) e submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo da documentação, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, conforme disposto no Decreto Federal nº 1651/1995, Art. 11 e na Constituição Federal de 1988, Art. 37, Inciso XXI.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	22.934.889/0001-17

VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 22/11/2023

Ofício Nº: 7132023

Data: 22/11/2023

VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 713/2023, de 22/11/2023, foi encaminhado o Relatório Preliminar de Auditoria nº. 732 à Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima, para conhecimento e manifestação, o qual foi recebido em 29/11/2023, conforme Aviso de Recebimento dos Correios.

Foram também encaminhados os Ofícios SES/GAB-AUDSUS nº. 714/2023, nº 715/2023 e nº 716/2023, juntamente com o Relatório Preliminar à Sra. A.N.F.A., e aos Srs. D.G.H. e G.G.R. (pessoas físicas responsabilizáveis à época dos fatos), para conhecimento e manifestação, os quais foram recebidos, respectivamente, nos dias 06/02/2024, 01/12/2023 e 29/11/2023, conforme Avisos de Recebimento dos Correios.

Por meio do Ofício nº SEMSA/2023, de 21/12/2023, a Sra. A.N.F.A. (representante legal da SMS de Nova Lima - pessoa jurídica) apresentou manifestação em 1ª Instância, com relação às constatações não conformes registradas no Relatório Preliminar de Auditoria. Essa manifestação foi analisada pela equipe responsável pela auditoria.

A Sra. A.N.F.A. e os Srs. G.G.R. e D.G.H. (pessoas físicas) não apresentaram manifestação em 1ª. Instância.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



O Relatório Final de Auditoria foi elaborado e será encaminhado à pessoa jurídica, bem como às pessoas físicas responsáveis, sendo-lhes assegurado o direito à ampla defesa e contraditório em 2ª instância.

VIII - CONCLUSÃO

A auditoria na Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima foi realizada de acordo com o Regulamento do Sistema de Auditoria Assistencial da Secretaria de Estado de Saúde, aprovado pela Resolução SES-MG nº 2.906, de 24/08/2011.

Transcorridas todas as etapas do processo de auditoria, a equipe concluiu que os objetivos foram alcançados, com a verificação e detecção de:

- Inconformidades no Componente Municipal de Auditoria (CMA), a saber: falhas na implantação formal do CMA; falta de equipe multiprofissional exclusiva para desempenhar as ações de auditoria; não realização de ações de auditoria; ausência de garantia do direito à defesa ao auditado e de encaminhamento de relatórios aos órgãos de controle;
- Falhas na estruturação e funcionamento do Serviço de Controle, Avaliação e Regulação (SCRA), a saber: Falta de capacitação de forma permanente das equipes das unidades de saúde, pelo SCRA e dos próprios profissionais do SCRA; ausência de atos formais de designação dos autorizadores de AIH e APAC, inexistência de Comissão de Acompanhamento da Contratualização do Hospital Nossa Senhora de Lourdes e inexistência da Comissão Municipal responsável pelo TFD;
- Ausência de movimentação dos recursos financeiros da contrapartida municipal em conta corrente vinculada ao CNPJ do FMS e ausência dos procedimentos licitatórios para contratação dos prestadores hospitalares de serviços ao SUS.

A Gestora de Saúde de Nova Lima apresentou manifestação em 1ª Instância, com relação às constatações não conformes registradas no Relatório Preliminar de Auditoria. Essa manifestação foi analisada pela equipe responsável pela auditoria. Apesar de, em muitas das constatações não conformes o auditado afirmar a realização em curso de ações para resolvê-las, não houve apresentação de documentos capazes de demonstrar a eliminação das irregularidades identificadas.

O presente processo de auditoria continuará em tramitação, garantindo ao auditado o direito de defesa em segunda instância.

Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde mantenha a observância aos preceitos legais, com vistas à garantia da qualidade da atenção prestada aos usuários do SUS.

ENCAMINHAMENTOS

Encaminhamento de Relatório Final de Auditoria nº 732, para conhecimento e manifestação em segunda instância:

- 1- Ofício de Aplicação de Penalidade à Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lima (pessoa jurídica)
- 2- Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria à Sra. A.N.F.A. (pessoa física);
- 3- Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria ao Sr. D.G.H. (pessoa física);
- 4- Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria ao Sr. G.G.R (pessoa física).

Após transcorridas todas as fases do processo administrativo, também poderá ser dada ciência dos resultados dessa auditoria, conforme o caso:

- 1- Ao Conselho Municipal de Saúde de Nova Lima;
- 2- À Superintendência Regional de Saúde de Belo Horizonte;
- 3- Ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais;
- 4- Ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.



IX - FOLHA DE ASSINATURA

Equipe:	
Nome	CPF